

 **028ª Reunião Conjunta da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar contratos celebrados pela SMED a partir de 2021 e da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades na aquisição de materiais didáticos pela SMED**

Pauta: Apresentação do relatório para apreciação e votação.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): (10h18min) Convido o relator para que faça a chamada das Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Bom dia, Sr. Presidente, demais vereadores. Passemos, então, à chamada: Ver.^a Mari Pimentel. (Pausa.) Presente. Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Presente. Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Presente. Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Presente. Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Presente. Ver. José Freitas. (Pausa.) Presente. Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Presente. Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Presente. Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Presente. Com 11 vereadores presentes, há quórum na CPI, presidida pela Ver.^a Mari Pimentel. Chamada da segunda CPI: Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Presente. Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Presente. Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Presente. Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Presente. Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Presente. Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Presente. Ver. Giovanni Culau e Coletivo. (Pausa.) Presente. Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Presente. Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Presente. Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Presente. Com a presença de 10 vereadores, também há quórum. Há quórum nas duas CPIs.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Relator, conforme estipulado na convocação de hoje, passaremos a fazer a leitura do relatório produzido por V. Exa. para as duas CPIs.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente, nós vamos entregar uma cópia para os vereadores, Ver.^a Mari Pimentel, Ver. Idenir Cecchim. Também está sendo distribuído para os vereadores; após a votação, anexaremos no SEI. Presidente,

pergunta aos vereadores se querem que leia todo o relatório, que são 38 páginas, ou só a parte final, conclusiva?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Relator, Presidente Cecchim, Presidente Mari, eu quero que seja lido, evidentemente, estou conhecendo agora, e gostaria também que fosse conhecida, que fosse lida e que fosse anexada a proposta de relatório feita pela Presidente, porque eu não sei se teve um trabalho em comum, mas eu sei que tem duas propostas de relatório, então, eu gostaria também de conhecer, que os vereadores e a comunidade conhecessem o relatório que eu sei que a Presidente Mari Pimentel tem.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Conforme a Diretoria Legislativa, declaração de voto não é anexada no relatório. Anexada, mas não é votada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Presidente, é sobre isso mesmo. Nós estamos hoje avaliando aqui o relatório, ou os relatórios, porque são duas comissões, pode ter dois relatórios...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Existe um relator só.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu vou expressar aqui a minha opinião, ela pode não ser unânime, mas ela é legal. Eu sou vereador de uma comissão, pode ter um relatório da minha comissão, que é a mesma sua; pode ter um relatório da outra comissão, embora as reuniões tenham sido conjuntas, porque pode ter um entendimento diferenciado. Nós estamos agora recebendo os dois relatórios. Foram registrados aqui no plenário os dois relatórios ou só um relatório? Essa é a primeira pergunta. Segunda, se existem, de fato, dois relatórios, o encaminhamento da Vossa Excelência ou dos Presidentes, pode ser dirigido a um relatório ou a dois relatórios; o relatório que não foi aprovado é anexado. Ou, se existe no Regimento Interno alguma orientação sobre esse aspecto, eu gostaria de saber.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Nós optamos por ter um relator só, o relatório será um relatório.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Cecchim, eu gostaria que o senhor, como Presidente, pudesse ler aqui para os vereadores onde é que consta que só se vota um relatório, porque se tem duas propostas, votam-se duas propostas; se tem dois relatórios, votam-se os dois relatórios. Afinal de contas o regulamento está escrito, então eu gostaria que o senhor nos lesse o regulamento escrito.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O regulamento nós fizemos aqui, nós elegemos um relator para o conjunto, obviamente só tem um relatório.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, primeiro, respondendo ao Ver. Aldacir Oliboni. Eu acho que é desnecessário fazer dois relatórios se nós temos as oitivas uma única vez, então, eu não vou escrever duas vezes a mesma coisa do que escutei aqui. O que eu escutei na CPI, presidida pela Ver.^a Mari e pelo Ver. Cecchim é a mesma coisa, então, não tem porque escrever duas vezes a mesma coisa; então, é um único relatório. Quanto a dois relatórios, bom, o que eu sei é que nós temos um relator para as CPIs, o relatório é feito pelo relator, então, vota-se o relatório do relator, que pode ser aprovado ou não; se não aprovado, sim, teremos um novo relatório, mas primeiro temos que votar.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente, claro, vamos ler o relatório apresentado pelo Ver. Mauro Pinheiro. Nós começamos esta Comissão Parlamentar de Inquérito; as duas, por sinal, com a polêmica do relator. Então a Ver.^a Mari me indicou como relator...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não, isso a justiça já decidiu.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Isso foi um fato vencido, nós perdemos, porque o governo tem a maioria, o governo, com a sua maioria, votou o Mauro Pinheiro contra o nosso voto, apesar disso nós seguimos acompanhando, seguimos municiando o relator para fazer um bom relatório. Nós vamos ler o relatório, o Mauro Pinheiro vai ler seu relatório, mas nós, conhecendo a luta política que está sendo desenvolvida aqui na Câmara e concluindo desde o início, isso ficou evidente, que o governo estava obstruindo e sabotando as investigações, a própria Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, a Ver.^a Mari Pimentel, estudou muito o assunto, que teve uma assessoria que estudou muito o assunto, nós estudamos muitos temas ligados à

Comissão Parlamentar de Inquérito, trabalhamos, sim, num relatório. Se o relatório do Mauro Pinheiro nos contemplasse, não teria problema, mas a suspeita nossa de que não seria um relatório adequado se confirmou. O relatório que o Mauro Pinheiro vai ler chega ao abuso de definir que a Presidente Mari Pimentel foi eleitoreira com as suas proposições. Chega a esse abuso! Então, o relatório com esse nível de desrespeito e de falsidade...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quem disse que é eleitoreiro foi a própria vereadora, que disse que levaria debaixo do braço.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...de falsidade nós não vamos aceitar. Nós não vamos aceitar um relatório que não é um relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, não é um relatório em que se realmente investigou, quando nós temos um relatório sério que vai ser entregue ao Ministério Público e à polícia...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Nós vamos votar o relatório e depois o senhor fala.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...vai ser também entregue à polícia.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem. Fazer antecipadamente as suas conclusões, não pega mais aqui.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Cecchim, eu gostaria que o senhor reforçasse sobre quem disse que a CPI foi eleitoreira, porque eu acredito que o senhor acabou com a palavra...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora disse que, na disputa da sua vaga para prefeita, a senhora vai com a CPI debaixo do braço. Mais eleitoreiro do que isso... Acho que não precisa dizer mais nada.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não, eu não falei que a CPI era eleitoreira, eu falei que nós temos um caso de crime cometido na Prefeitura de Porto Alegre, na Secretaria de Educação, sobre o qual hoje a Câmara de Vereadores se cala, baixa sua cabeça para o Executivo, e que certamente os órgãos de fiscalização, de posse do

documento completo, estarão trabalhando. Se isso é considerar eleitoreira, independentemente de quem estará na disputa eleitoral, mostra que o Executivo não deixa a autonomia da Câmara de Vereadores. Então, aqui nós temos um simples caso de um relatório que foi um ataque político e um trabalho de quinta série, com um relatório de 124 páginas feito, que já está de posse os órgãos de fiscalização e que traz inúmeros crimes cometidos dentro da Prefeitura de Porto Alegre que devem ser apurados. É sobre isso o relatório sobre o qual nós estamos também debruçados.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente. Bom dia aos nobres Presidentes das duas CPIs. Primeiro, eu acho que é bom a gente, como está sendo televisionado, deixar bem claro que, por conta de algumas falas do Ver. Robaina, parece ao povo que está nos assistindo que nós colocamos quem nós queríamos dentro da CPI. Isso é uma mentira. A CPI é muito bem classificada, pois os membros que fazem parte da CPI são por conta da proporcionalidade dos partidos. Então, não interessa aqui essa mentira que o Ver. Robaina contou, que nós colocamos na CPI membros que nós, que o governo queria, isso é uma mentira. As CPIs são montadas a partir da proporcionalidade dos partidos – a Presidente Mari pode confirmar isso –, e, a partir dos partidos, cada partido indicou um membro da CPI. Ponto final. Segunda coisa: nós não podemos aceitar que provas que não foram tuteladas sejam colocadas dentro de uma CPI que é séria, que é permeada de legalidade. E nós vimos que, ao longo dessas duas CPIs, provas que não foram tuteladas, provas que não estavam inseridas dentro do processo, provas que foram trazidas no interrogatório, exatamente das pessoas testemunhas, não pessoas denunciadas, não pessoas indiciadas, foram colocadas; então, óbvio que, se as duas CPIs são sérias, nós temos que cuidar o que está dentro dessas duas CPIs. Além disso, a própria Presidente Mari votou no relator Mauro Pinheiro, porque ela também entendeu que um relator...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Ver.^a Comandante Nádia...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A senhora pode deixar eu terminar?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Qual é a questão de ordem?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A questão de ordem é a mesma que o Robaina está fazendo, ou a senhora tem diferença entre a dele e a minha?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não, é a grande questão...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Porque ele é homem e eu sou mulher a senhora quer saber qual é...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Qual é a questão de ordem?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A senhora perguntou para ele a questão de ordem?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Qual é a questão de ordem?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A senhora perguntou para ele a questão de ordem?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A palavra está com a Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A senhora perguntou para ele a questão de ordem? A senhora perguntou, Presidente? Então é machismo da parte da senhora. Muito obrigada. Continuando, assim como o Ver. Robaina estava fazendo, porque, para mim, é questão de ordem; para ele, não. Para mostrar, Presidente Cecchim, que aqui tem dois pesos e duas medidas: se é mulher, é uma coisa; se é homem, é outra. Se é a favor da Ver.^a Mari, da esquerda ali, está bem; se não, não. Mas continuando aqui o meu raciocínio, que foi interrompido pela Presidente Mari, nós não podemos... A própria Ver.^a Presidente Mari votou no relator Mauro Pinheiro, nas duas CPIs, para que se facilitasse; aliás, o Ver. Mauro participou de todos os atos nas duas CPIs. Eu desconheço que haja um relatório paralelo, até porque isso me parece que não está dentro do que preconiza a boa democracia, os atos republicanos, a liberdade, efetivamente, de a CPI trabalhar com legalidade. Então aqui eu acho que nós temos que colocar em votação, porque, para mim, não existem dois relatórios; o relatório é único de duas CPIs. Muito obrigada.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada. Só para deixar registrado...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Moisés.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Moisés, um minutinho...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Moisés.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Só para deixar registrado, porque a Ver.^a Comandante Nádia fala dos materiais tutelados. Todos os documentos que foram colocados – e aqui reforço – são públicos. O balanço das empresas que mostra cartel e que indica crime em Porto Alegre é público. Se o vereador-relator não conseguiu adquirir esses documentos e não conseguiu dar tempo para redigir o relatório a tempo de publicizar para a população de Porto Alegre que o cartel foi...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não, o que eu estou falando é que o crime que hoje Porto Alegre tem está registrado em balanço, é público; não está registrado no relatório, e isso é uma infração criminal. E pena não estar nesse relatório que está sendo entregue hoje, na segunda-feira, porque no relatório que foi entregue na quarta-feira consta esse documento, e estava também já de posse do relator...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Relatório da presidência que a senhora chama, não é?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Já estava de posse do relator Mauro Pinheiro.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora chama de relatório da presidência?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Foi uma escolha do...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O relatório que a senhora chama de relatório da presidência? É esse?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): O relatório que foi para os órgãos de fiscalização.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ah, isso aí é um... Isso é um folhetim que a senhora criou para se promover...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Se os vereadores querem se calar diante do maior esquema de corrupção...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, nós temos...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): É uma escolha da Câmara de Vereadores.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, eu sugiro que, depois da fala do Ver. Moisés, a gente leia o relatório e vote.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): É isso aí.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): ...e que os vereadores se manifestem.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Eu peço a palavra aqui, porque eu faço parte da CPI presidida pela Ver.^a Mari e faço parte da CPI presidida por Vossa Excelência. Fui indicado pela bancada do PSDB e tento fazer meu trabalho legislativo. Em primeiro lugar, eu quero te dizer que eu estranhei muito a senhora fazer um pôster, uma revista de autopromoção e intitular como relatório paralelo. Fazendo parte da sua CPI, eu não vi a senhora apresentar para nós, integrantes da sua CPI, o que a senhora chama de relatório da presidência. Então, fiquei muito incomodado, porque a senhora

ignora. Nós somos nada para a senhora! A senhora deveria ter apresentado para os membros da CPI que a senhora preside o seu relatório, para ver se nós apreciávamos, se nós concordávamos ou não. A senhora preferiu ir para as mídias, como tem sido, e também dado entrevistas por aí, sim, dizendo que é pré-candidata com esse fôlder, essa revista que a senhora disse que é relatório paralelo. Primeiro, relatório paralelo deveria ser apresentado em paralelo a outro relatório, que sequer tinha sido apresentado. Então, para mim, realmente me incomoda muito – deixa eu concluir –, me incomoda muito, sendo integrante da sua CPI, que a senhora não tenha respeitado os vereadores da CPI. Nesse mesmo sentido, publicamente, eu gostaria que a senhora retirasse a ofensa que a senhora fez ao relator eleito por ambos, inclusive pela senhora, porque a senhora acabou de dizer que o relatório feito por ele é de quinta série. Então eu gostaria que a senhora retirasse dos autos, porque o Ver. Mauro Pinheiro não é de quinta série; o Ver. Mauro Pinheiro presidiu esta Casa; me incomoda muito porque o respeito muito como parlamentar, e a senhora falta com respeito com todos nós, todos os dias, por individualismo e a sede de holofote que a senhora tem, desde o início desse seu desejo incontrolável de ser candidata a prefeita. Obrigado, Presidente.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver. Moisés. Eu gostaria de deixar...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Só para um esclarecimento, eu gostaria que os vereadores tenham a paciência com a Ver.^a Mari, porque hoje é uma segunda-feira, depois que o PSOL apresentou a sua chapa e ela ficou fora, ela está um pouquinho alterada.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria de deixar registrada essa situação desse ataque pessoal que vocês têm visto, e isso a gente vai estar reforçando – não é Ver. Cecchim? –, que toda vez que... Nós vamos depois colocar isso nas redes sociais, nós temos um nítido caso da velha política de um vereador de quinto mandato que já está acostumado com essas práticas de atacar mulheres, aqui...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado por me reeleger uma quinta vez.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Quando estamos aqui... De quinta categoria quase, mas é exatamente...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quinta categoria são os relatórios que a senhora faz, oportunista.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Esse ataque que vocês trazem aqui é um ataque pessoal, que nada traz o que foi feito pela presidência desta CPI. A presidência desta CPI esteve com os órgãos de fiscalização, o Ministério Público...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eles vão se pronunciar, não é a senhora que vai dar o resultado pelo Ministério Público.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): O Tribunal de Contas, que já condenou, numa das compras, o Município de Porto Alegre, e nós estivemos também com a Polícia Civil, também recebendo esses materiais. Agora a questão é um relatório, Ver. Moisés, de 124 páginas. É um relatório que já está de posse de todos órgãos de fiscalização – e muito elogiado, como os vereadores que estiveram comigo viram. E a grande questão é que esse relatório não é da relatora é da presidência, e a liberdade de entregar um documento que consolida o trabalho para os órgãos de fiscalização e divulgar para a imprensa...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O relatório é do relator, vereadora, relatório é para o relator, não é para a presidência. A senhora desrespeitou todos, inclusive os seus.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, o senhor consegue ouvir e não atacar?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu estou aprendendo com a senhora de não ouvir ninguém.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu estou inscrito.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Eu deixo aqui, então, só o registro, Ver. Moisés, se a grande questão do individualismo é o ataque pessoal à minha pessoa, eu fico triste pelo sentimento e acolho esse sentimento que o senhor recebe neste momento. Mas aqui nós temos um documento sério que não é para eleição, é para os órgãos de fiscalização que atuaram durante todo o momento junto conosco.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu vou dar a palavra para o Giovani. Depois, nós vamos passar à leitura do relatório, porque não tem sentido ficar discutindo se não tem o relatório ainda.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Ver. Cecchim, bom dia ao senhor, aos demais colegas vereadores e vereadoras. Quero tomar emprestada a expressão utilizada pelo Ver. Moisés Barboza que me incomoda muito que eu tenha recebido às 10h20min este relatório aqui para uma votação imediata...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vai ler, vereador, o senhor ainda não está acostumado com isso.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Ainda que lido, eu quero fazer esse registro do meu incômodo, porque considero inadequado e coloco uma interrogação sobre o trabalho realizado nesta CPI: como nós recebemos 20 minutos após o início da sessão o relatório final do relator para que nós possamos examiná-lo, entendê-lo e votá-lo? Me faz questionar, e eu gostaria de concluir, se esse aqui não é mais um elemento e mais uma demonstração da falta de disposição para uma investigação séria que fosse capaz de responder para Porto Alegre o que aconteceu com aquisições que superam R\$ 100 milhões. E por isso eu faço um questionamento: de qual é o impedimento regimental para que nós tenhamos, façamos a votação no dia de hoje, porque tenho dúvida se temos, Presidente Cecchim e Presidenta Mari, condições de votar no dia de hoje. Qual é o impedimento regimental para que nós possamos votar em duas alternativas? O relatório apresentado pelo relator Mauro Pinheiro e o relatório alternativo. Eu gostaria de ter um esclarecimento nesse sentido e gostaria de registrar ao senhor e aos meus demais colegas que eu gostaria que nós tivéssemos uma discussão concentrada nos elementos apresentados no relatório seja do Ver. Mauro, seja o produzido pela Presidenta, porque eu não consigo identificar quais são as contestações feitas ao trabalho, ao conteúdo do relatório apresentado pela Ver.^a

Maria Pimentel. Quando o debate se apresenta em relação aos argumentos, aos indícios, às suspeitas, eu não consigo identificar os contra-argumentos da base do governo; eu só consigo identificar ataques pessoais. Isso demonstra que talvez o relatório da Presidenta Mari Pimentel tenha bastante sentido e significado. Muito obrigado.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Só para... Agora, nós vamos passar à leitura do relatório, não é o momento de debate. Vamos...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Como não é o momento do debate, quando já quatro parlamentares usaram...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Depois do relatório. Ver.^a Biga, por favor, seja rápida então.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Serei rápida aqui se a Ver.^a Nádia deixar. Eu acho que essa é uma prática muito ruim. Para quem fala em legalidade o tempo todo, tu não permites que as pessoas possam expressar suas opiniões, tu concordando com elas ou não. Isso aqui não é uma casa de unanimidades, aqui é um debate em que se apresentam as divergências. O tempo todo que nós usamos no microfone, tu tens uma voz atrás fazendo as críticas, que têm o direito de tê-las, mas que use no momento adequado e que não atrapalhe. Se nós tivemos duas CPIs, qual o problema de termos dois relatórios finais? Qual o problema, se o inusitado foi nós termos tido duas CPIs? Aliás, CPI é um instrumento da minoria, é um instrumento da oposição. Se o relatório aqui que o Ver. Mauro Pinheiro vai apresentar, se foi ele que fez, se não foi ele que fez, é um relatório que ele vai apresentar, e nós queremos debater esse relatório. Agora, é inusitada também essa obstrução, Ver. Mauro, de o relatório chegar agora, neste instante. Que condição temos, portanto, de avaliar? Portanto, não tenho nenhuma surpresa disso, está dentro da forma com que o senhor conduziu esta CPI, que o governo orientou, de verdade, de minimizar esse debate, tirar do centro o que de verdade é central, desmobilizar esta pauta que é tão dolorida para a Cidade de Porto Alegre ter tido os gastos que tiveram de forma tão irregular, e o que aqui a CPI

comprovou eu espero que esteja no relatório, Ver. Mauro, que é o cartel que se formou a partir daquela foto maravilhosa de uma agenda clandestina...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A da Ver.^a Mari com o vendedor aquele?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Reforçando, reforçando só para mostrar...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Só para esclarecer, este relatório foi gentileza do relator ter distribuído. A leitura não aconteceu ainda, então não reclamem que foi distribuído agora. Vocês deviam ou mereciam a leitura antes. O relator entregou de uma forma gentil o relatório que ele vai ler, ele vai ler agora. O Ver. Mauro Pinheiro vai ler o relatório.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador Mauro Pinheiro, vereador, eu sou Presidente assim como o senhor e eu vou responder aqui...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não, a senhora fique no seu lugar...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadora Abigail, eu gostaria de reforçar que essa foto ainda não foi respondida para a população de Porto Alegre. Essa foto traz, para a Prefeitura, num item grave de denúncia que essa CPI já trouxe...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): É igual a sua foto, vereadora, é igualzinha.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Nós tivemos essa foto, sendo aqui um requerimento de todos os vereadores das duas CPIs, votando, questionando por que nós tínhamos cinco secretários, da onde foi organizada essa agenda, quem organizou, qual era o assunto...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereadora, a senhora conseguia na oitiva, já terminou a oitiva, vereadora...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Essa pergunta foi protocolada nas CPIs, vereadores, isso foi mandado para o Executivo há mais de um mês e até hoje não teve

resposta. Isso é um crime gravíssimo, quando nós temos um pedido de informação que não é somente de um vereador...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ok, vereadora.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Deixa-me lhe explicar a gravidade disso, porque isso pode levar...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não, a senhora explica demais e não justifica nunca.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Pode levar ao *impeachment* do prefeito, se é essa a palavra que vocês querem ouvir. Essa é a palavra que querem ouvir quando um crime grave de não trazer informações e transparência para a CPI...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Nós vamos passar à leitura do relatório agora.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Essa foto aqui me parece que comove mais explicar a foto do que cometer um grave problema administrativo, que é o que o prefeito e a Prefeitura tomaram ao não responderem as presentes CPIs, porque...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Passo a palavra ao relator para que faça a leitura.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, o senhor precisa atropelar a minha fala a todo momento?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora não para de falar, se deixar, a senhora fica até ao meio-dia falando, fazendo as mesmas perguntas que a senhora repete desde o início da CPI.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Quem pode ficar até ao meio-dia falando é quem tem um documento sério para ser apresentado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Que sério? É um panfleto! É um panfleto que a senhora tem na mão.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Esse documento de 124 páginas é um documento sério.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): É panfleto que a senhora tem na mão. A senhora não respeita nem os vereadores, a senhora pensa que está sozinha. A senhora não está na sua fazenda, a senhora está na Câmara de Vereadores.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Quem gostaria de debater comigo que não seja do nível pessoal. Se o Sr. Vereador Cecchim quer falar dos meus filhos, do meu marido, da fazenda, do avião...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não, nunca falo isso.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Acabou de falar faz dois minutos.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora que está forçando, a senhora está forçando.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): O senhor não falou agora?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Falei que eu não falei da sua fazenda, nunca falei em família.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Acabou de falar, falou da família, falou do meu pai também...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A fazenda se confunde com a família? Não... Eu pergunto sobre a saúde do pai dela e ela acha ofensivo...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Dado isso, esse documento aqui não foi respondido, vereadores. E isso é um tapa na cara da Câmara de Vereadores, e mostra como a Câmara de Vereadores, os presentes vereadores estão se baixando diante do

Executivo, pois é um crime aqui na administração pública não responder uma informação de uma Comissão de Inquérito Parlamentar, e isso não foi respondido. E parece-me que o relator não se preocupou com isso, porque para ele não era importante a investigação.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora já leu o relatório?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sim.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em dois minutos a senhora já leu?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, já lemos e não consta.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Acho que a senhora está mentindo.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador Mauro Pinheiro, em que página o senhor se refere ao pedido de informação? Responda para nós, por favor, Ver. Mauro Pinheiro.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora também não leu ainda.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A palavra está com o relator.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente, então, o relatório final...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Ver. Mauro, por gentileza, todos falaram, eu gostaria de poder usar da palavra também, com muita tranquilidade, dizer que esse questionamento da Presidente Mari é salutar, por quê? Porque nós temos uma fotografia, Presidente Cecchim, de um cidadão que esteve aqui...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Duas fotografias, uma com a Presidente Mari e a outra com outros, são duas fotos.

VEREADOR JONAS REIS (PT): O que acontece? Um empresário que disse que não vendia para outra empresa estava entregando o material, na Prefeitura, para a outra empresa. O relatório que o Ver. Mauro apresenta, ele fala que tem problemas de logística. Eu queria que o senhor, Ver. Mauro, pudesse dizer para nós qual é o problema de logística desse megaempresário que veio aqui não disse nada com nada e que estava lá entregando material. Eu queria lhe perguntar assim: se o prefeito Melo não tem medo desta Casa, não tem medo da verdade, por que é que ele em nenhum momento se pronunciou? E por que que o senhor não cita aqui aquela fotografia, vereador?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Uma coisa é medo e outra coisa é respeito. O que o prefeito tem é respeito por esta Casa, o que V. Exa. não tem tido.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Ver. Cecchim, por que é que o senhor não cita aqui a fotografia em que o Melo estava sentado com o Bobadra, o filho dele e o empresário? Por que o senhor não cita no relatório? O senhor tem algum tipo de acordo com o governo?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Mas que barbaridade!

VEREADOR JONAS REIS (PT): O senhor tem algum tipo de acordo com o governo para fazer esse relatório?

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Se me deixar ler o relatório... Porque fala da fotografia...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Mas eu li o seu relatório. Justamente estou lhe perguntando...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Então não precisamos ler, se vocês já estão fazendo, antecipadamente...

VEREADOR JONAS REIS (PT) Então, assim, para mim é incrível isso que o prefeito... Tem duas CPIs na Casa e o prefeito faz de conta que nada acontece.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não, ele tem respeito pela Casa...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Aí a minha pergunta...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): E não igual a V. Exa...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Vocês da base do governo estão blindando o prefeito por que têm benefícios junto ao governo?...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não precisa ser blindado...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Vocês indicaram cargos, indicaram secretários, CCs? Essa é a pergunta: há CCs filiados aos partidos de vocês da base dentro do governo? É por isso que vocês não conseguem ter um relatório independente?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Bem menos do que o seu governo federal tem. Bem menos!

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não conseguem ter um relatório independente. O secretário adjunto Mário... Presidente Cecchim...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor está desrespeitando os vereadores...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente Cecchim, o relatório do Ver. Mauro não fala do secretário adjunto Mário, que inclusive foram mostrados *prints* aqui, *prints* dele conversando com as pessoas, dizendo para apurar para comprar, senão não daria tempo que fizesse a compra.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem. O senhor já teve o tempo. A palavra...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Mas isso não está no relatório! Como é que eu vou votar num relatório...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu lhe asseguro a palavra depois de ler o relatório. O senhor não sabe ainda o que tem...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Sim, Presidente. Não, eu entendo, eu entendo, eu entendo a sua fala. Eu entendo. Mas eu questiono o seguinte: como é que eu vou votar num relatório que pinçou alguns elementos...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Escute o relatório que ele vai ler e depois o senhor vota “sim” ou “não”.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Mas eu acho... Sabe, Presidente, eu acho um desrespeito do Ver. Mauro, porque nós discutimos numa CPI por meses, aqui, e o senhor apresenta 30 páginas, Ver. Mauro? Isso é desrespeito conosco.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor quer 200 páginas?

VEREADOR JONAS REIS (PT): Por que não nos pediu ajuda? Faltava assessoria para lhe ajudar? Esse é um questionamento. Porque nós temos disponível...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem. Eu não quero lhe cortar a palavra, vereador. Não quero cortar a palavra para não ser indelicado...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Mas eu sei que o senhor não vai cortar. Mas eu estou trazendo um questionamento tranquilo para ele aqui; eu queria que ele pudesse responder antes de ler o relatório.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ele já registrou e vai responder depois. Por favor comece a leitura do relatório.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Sr. Presidente. (Lê o relatório.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PELA SMED E COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NOS CONTRATOS DA SMED RELATÓRIO FINAL

Relator: Vereador Mauro Pinheiro (...) A Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do artigo 57 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e com base nos artigos 66 e seguintes do Regimento Interno desta Casa Legislativa, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades nos contratos e compras efetuadas pela Secretaria Municipal de Porto Alegre, a partir de 2021. Inicialmente, é importante relatar que foram instauradas duas Comissões para apurar os mesmos fatos. A primeira delas por meio do Requerimento nº 106/23, presidida pelo Vereador Idenir Cecchim, e a segunda através do Requerimento nº 107/23, presidida pela Vereadora Mari Pimentel. Em um primeiro momento as duas CPIs trabalharam de forma separada, cada uma realizando suas reuniões e apreciando seus requerimentos em dias diferentes. Porém, tal procedimento se demonstrou excessivo, já que tínhamos duas Comissões desta Casa Legislativa investigando os mesmos fatos e utilizando duas estruturas diversas, trazendo custos e desperdício de tempo aos parlamentares e demais servidores da Câmara Municipal. Desta forma, foram aprovados requerimentos em ambas as CPIs para que as reuniões passassem a ocorrer de forma conjunta em homenagem aos princípios da administração pública, especialmente o princípio da eficiência, bem da economicidade processual. Aliado a isso, grande parte dos Vereadores componentes das duas CPIs foram indicados por seus blocos partidários para ambas as Comissões, tendo, ainda, este Vereador sido eleito democraticamente pelos demais pares como Relator para as duas CPIs, reforçando a necessidade de que os trabalhos fossem otimizados com a aglutinação dos atos em um único dia. Assim, acordou-se que as reuniões ocorreriam às 2ª feiras às 10h, no Plenário Otávio Rocha da Câmara de Vereadores, sendo presidida pelos respectivos presidentes intercaladamente. Portanto, tendo em vista que todo o trabalho desenvolvido pelas Comissões se deu de forma conjunta, desde a tomada de oitivas até aprovação de requerimentos, este Relator entendeu por bem confeccionar um Relatório Final englobando o trabalho das duas Comissões, já que os fatos investigados e os atos de investigação foram compartilhados pela totalidade de Vereadores das CPIs instauradas pelos Requerimentos nº 106/23 e nº 107/23.

Composição da CPI - Presidente: Vereadora Mari Pimentel e Vereador Idenir Cecchim. - Vice-presidente: Vereadora Claudia Araújo e Vereador Márcio Bins Ely. - Relator: Vereador Mauro Pinheiro. **Membros:** Vereadora Biga Pereira; Vereador Cláudio Janta; Vereadora Comandante Nádia; Vereador Jonas Reis; Vereador José Freitas; Vereador Moisés Maluco do Bem; Vereadora Psicóloga Tanise Sabino; Vereador Roberto Robaina; Vereador Airto Ferronato; Vereador Aldacir Oliboni; Vereadora Fernanda Barth; Vereador Giovanni Culau e Coletivo; Vereador Prof. Alex Fraga substituído pela Vereadora Karen Santos; Vereador Tiago Albrecht; Vereador Idenir Cechin. **AGRADECIMENTOS** Registramos nossos agradecimentos à Equipe de Apoio que esteve conosco nesta jornada e a todos os demais servidores desta Casa que, diuturnamente, se dedicaram ao trabalho com redobrado afincamento tornando possível a constituição deste relatório e a conclusão da CPI da Educação. **1. INTRODUÇÃO**

Com amparo no Regimento Interno desta Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre foram constituídas as presentes Comissões Parlamentares de Inquérito com a finalidade de investigar possíveis irregularidades nas compras de materiais didáticos e tecnológicos na Secretaria Municipal de Educação. A Lei Orgânica do Município prevê a função de fiscalização e controle do Poder Legislativo, a qual, com alicerce na própria Constituição, prevê a competência privativa da Câmara Municipal em criar Comissões Parlamentares de Inquérito sobre fatos determinados e por prazo certo, mediante requerimento de um terço membros. Desta forma, para cumprir uma das suas principais atribuições, em

respeito ao exercício do Poder Legislativo de fiscalizar os atos que possam causar prejuízos à Administração Pública afetando direta ou indiretamente o interesse público, foram criadas e instaladas as presentes Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). As CPIs ora em comento procuraram agir, desde o início, com a finalidade única de apurar os fatos, com foco na obrigação do administrador em zelar pela coisa pública, com base nos princípios da moralidade, impessoalidade, publicidade, legalidade e eficiência, valendo-se de todos os instrumentos legais cabíveis, dentro dos limites impostos pelo Estado Democrático de Direito. É com base nesse contexto que apresentamos o presente relatório final das Comissões Parlamentares de Inquérito da Educação, emitindo, ao final, as conclusões, resultados e encaminhamentos necessários à eficácia dos trabalhos realizados pelas Comissões. **1.1 O papel da Câmara Municipal de Porto Alegre** Ao lado da função precípua de legislar, a Câmara Municipal de Porto Alegre tem a competência essencial constituída pela sua autonomia: a fiscalização extensa de todos os assuntos e temas aos quais a Constituição da República a capacita. É incontestável que o poder de investigar constitui uma das mais expressivas funções institucionais do Legislativo. A importância da prerrogativa de fiscalizar se traduz, na dimensão em que se projetam as múltiplas competências constitucionais do Legislativo, como atribuição inerente à própria essência da instituição parlamentar. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) representa um dos mais importantes instrumentos de fiscalização e porque não dizer, controle da atividade administrativa das autoridades públicas, que, inexoravelmente, envolvem a acepção ampla do interesse público. Apoiado no dever de fiscalização, juntamente com outros procedimentos legislativos, está a competência do Poder Legislativo de fiscalizar as atividades dos administradores e/ou daqueles que giram em torno do interesse público, mediante o instrumento legal qual seja a Comissão Parlamentar de Inquérito. **1.2 Da Comissão Parlamentar de Inquérito** Como já vimos as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) têm previsão constitucional e se constituem em uma das formas de controle da Administração Pública exercida pelo Poder Legislativo. Regulamentadas pela Lei n.º 1579/52, as CPIs adquirem maior importância no cenário político nacional a partir da promulgação da Constituição da República de 1988. Pode-se afirmar que a CPI é um instrumento jurídico do Poder Legislativo, legalmente constituída para buscar informações, efetuar diligências, colher depoimentos e outros mecanismos para apurar fatos que estejam contra o interesse público, voltada à apuração de denúncias para que sejam resguardados os valores da sociedade. Consoante podemos inferir que a Constituição da República conferiu aos legisladores responsáveis pela condução das CPIs poderes de investigação de autoridade judicial, bem como outros existentes no Regimento Interno, a fim de possibilitar o cumprimento de todos os seus objetivos e tarefas. A CPI pode colher depoimentos, ouvir indiciados, interrogar testemunhas, requisitar documentos, levantar meios de prova legalmente admitidos e realizar buscas e apreensões. Contudo, não lhes são atribuídos poderes ilimitados, estando seus trabalhos sujeitos ao controle judicial, limitados pela própria Constituição Federal. No âmbito Municipal, a Comissão de Inquérito é regulamentada pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, que versa sobre a criação, instalação e procedimentos das Comissões de Inquérito nos artigos de 66 a 71, prevendo inclusive, a forma do relatório final, *in verbis*: **Art. 66.** As Comissões Parlamentares de Inquérito, constituídas nos termos do art. 59 da Lei Orgânica, são as que se destinam à apuração de fatos determinados ou denúncias. Portanto, diante do que propõem as Leis Municipais, Federais e a Constituição da República, o presente relatório tem por objetivo principal expor as atividades e procedimentos adotados pelas CPIs, desde as suas criações, apontando os limites constitucionais de atuação, o objeto e finalidade propostos, bem como a conclusão, resultados e encaminhamentos, esclarecendo a sociedade - e todos os abrangidos pelo interesse público - sobre o cumprimento da função parlamentar fiscalizadora. **1.3 Da Finalidade da Comissão Parlamentar de Inquérito** A finalidade das presentes CPI é efetuar uma análise aprofundada dos aspectos intrínsecos e extrínsecos dos

Contratos de Compras celebrados pela Secretaria de Educação de Porto Alegre a partir de 2021, em todas as suas vertentes, tendo em vista que geram reflexos diretos e indiretos na qualidade do ensino. Serão analisados e verificados todos os contratos constantes no objeto dessas CPIs, apontando possíveis erros, desvios e responsabilidades do macro conjunto de entes públicos e privados que estão vinculados nesses processos de compras. Assim, ao final, as CPIs, dentro das limitações de sua competência, serão capazes de elencar todas as distorções que ocorreram, apontando suas causas, os setores ou pessoas responsáveis, bem como sugerir melhorias o melhor aproveitamento dos materiais adquiridos pela SMED. **2. Da Instalação das Comissões Parlamentares de Inquérito** Desde o ano de 2021, inúmeros foram os casos de indícios de irregularidades que recaíram sobre a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, os quais chegaram ao conhecimento desta Casa Legislativa, através da imprensa ou, em última hipótese, através de investigações e procedimentos de órgãos de controle. As CPIs utilizaram-se de todos os instrumentos permitidos por lei para apuração dos fatos, realizando diligências externas, solicitando documentos vinculados ao objeto investigado, ouvindo testemunhas e depoimentos dos investigados. Contudo, é de se concluir que os elementos de prova levantados com as diligências realizadas pelos membros da CPI, bem como dos documentos que constam dos autos, se fazem suficientes para o relatório final e conclusivo destas Comissões de Inquérito, com fundamentos sólidos para embasar a conclusão e encaminhamentos. **2.1. Dos Fatos Referentes ao objeto das CPIs** Os fatos determinados apresentados para a Instalação das CPIs, foram: 1. Processo judicial em razão do descaso com o depósito localizado na Estrada de João de Oliveira Remião, nº 5.100, utilizado pela administração como local irregular de descarte de materiais, incluindo nocivos ao meio ambiente - SEI 19.0.000143636-0; 2. Execução de supostas obras “fantasmas” em escolas municipais, com despesas liberadas de forma “extraordinária”, de vultosos valores - SEI 21.0.000009418-5, 21.0.000009930-6, 21.0.000010142-4, 21.0.000015104-9, 21.0.000016193-1, 21.0.000016214-8, 21.0.000017645-9, 21.0.000016674-7, 21.0.000025534-0, 21.0.000027803-0, 21.0.000030061-3, 21.0.000030133-4, 21.0.000030387-6, 21.0.000030412-0, 21.0.000030846-0, 21.0.000030967-0, 21.0.000031021-0, 21.0.000031316-2, 21.0.000032383-4, 21.0.000032691-4, 21.0.000035857-3, 21.0.000043401-6, 21.0.000043580-2, 21.0.000043974-3, 21.0.000044052-0, 21.0.000044417-8, 21.0.000044469-0, 21.0.000044803-3, 21.0.000045521-8, 21.0.000048082-4, 21.0.000048737-3, 21.0.000048745-4, 21.0.000055192-6, 21.0.000046125-0, 21.0.000056003-8, 21.0.000058084-5, 21.0.000057731-3, 21.0.000045621-4, 21.0.000068385-7, 21.0.000068422-5, 21.0.000069002-0, 21.0.000069073-0, 21.0.000068184-6, 21.0.000069815-3, 21.0.000069973-7, 21.0.000070627-0, 21.0.000072420-0, 21.0.000074180-6, 21.0.000074897-5, 21.0.000074720-0, 21.0.000075378-2, 21.0.000075138-0, 21.0.000075276-0; 3. Aquisição, com possível sobreperço/direcionamento, de 25.000 “Chromebooks” da empresa MICROSENS, pelo valor de **R\$ 49.600.000,00**, através do Pregão 18/2022, em março de 2022; 4. Aquisições, sem licitação, de 368.775 livros da empresa INCA TECNOLOGIA, pelo valor de **R\$ 21.504.887,16**, através de adesão à ata de registro de preços de outro ente localizado no Estado de Sergipe, entre julho e agosto de 2022; 5. Aquisição, sem licitação, de 42.397 livros da empresa MIND LAB DO BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA, pelo valor de **R\$ 14.446.831,00**, em agosto de 2022; 6. Aquisições, sem licitação, de 103.610 livros da empresa SUDU, pelo valor de **R\$ 8.614.050,55**, através de adesão à ata de registro de preços de outro ente localizado no Estado de Minas Gerais, em outubro de 2022. 7. Aquisição, sem licitação, de 400 “MESAS DIGITAIS INTERATIVAS”, da empresa BRINK MOBIL, pelo valor de **R\$ 10.461.984,00**, através de adesão à ata de registro de preços de outro ente localizado no Estado de Minas Gerais, em novembro de 2022; 8. Aquisição, sem licitação, de 188 “TELAS INTERATIVAS”, da empresa SMART TECNOLOGIA, pelo valor de **R\$ 6.016.000,00**, através de adesão à ata de registro de preços do Município de São Leopoldo, em dezembro de 2022; 9. Aquisição, sem licitação, de

942 “CONJUNTOS PEDAGÓGICOS PARA ROBÓTICA” da empresa CONCEITTO, pelo valor de **R\$ 2.301.300,00**, em agosto de 2022; 10. Aquisição, sem licitação, de 57 “MESAS DE PING PONG”, 114 “TABELAS DE BASQUETE”, 114 “KITS TÊNIS DE MESA”, 1995 “COLCHONETES DE ACADEMIA”, 114 “MINITRAVES”, 285 kits de “TACOBAL”, 285 kits de “FRESCOBOL”, 570 “BOLAS DE VOLEI”, 570 “BOLAS DE FUTSAL”, 570 “BOLAS DE INICIAÇÃO”, da empresa WR DISTRIBUIDORA, pelo valor de **R\$ 808.282,80**, através de adesão à ata de registro de preços de outro ente federado (Minas Gerais), em dezembro de 2022; 11. Locação de 236 impressoras, inclusas cópias, impressão e manutenção, da empresa SELBETTI, pelo valor de **R\$ 599.710,08**, em agosto de 2022. 12. Contratação da empresa SLP SERVIÇOS para prestação de serviços contínuos de operação, manutenção preventiva e corretiva nos sistemas, equipamentos e instalações prediais vinculados à Secretaria Municipal de Educação (SMED) **3. Das Provas e Documentos que instruem a CPI**

3.1 Das Oitivas requeridas Requerimento 01 – oitiva Sra. Sônia Maria Oliveira da Rosa, Janaina Franciscatto Audino, Claudia Pinheiro e Mário Jaime Gomes de Lima. Requerimento 02 – oitiva Anelise Tolotti Dias Nardino e Patrícia da Silva Pereira. Requerimento 03 – oitiva de Giovane Martins Vaz dos Santos – ex-Coordenador da Coordenação da Gestão de Recursos e Serviços (SMED), Camila Correa de Souza - ex-Chefe de Gabinete no Gabinete da Secretária (SMED) e Roberto Jose Costa Mota Junior - Procurador-Chefe na Procuradoria Municipal Setorial 03 (SMED) – PGM. Requerimento 04 – oitiva de Jacqueline Zilberstein. Requerimento 05 – Oitiva Mabel Luiza Leal Vieira. Requerimento 06 – Oitiva Michele Bartzen Acosta Schroder. Requerimento 07 – Oitiva Melissa de Oliveira Machado e Jacqueline Aguiar Requerimento 08 – Oitiva Jailson Ferreira da Silva. Requerimento 14 – Oitiva dos servidores identificados nos e-mails divulgados pelo Grupo de Investigação da RBS (GDI), na matéria veiculada no dia 14/08/2023, os quais evidenciam que o acúmulo de materiais em depósitos era de conhecimento da SMED desde maio de 2022. Requerimento 18 – Oitiva Ricardo Santos Gomes Requerimento 19 – Oitiva membros da diretoria e responsáveis pelos processos de compras e contratos das empresas INCA TECNOLOGIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA E MINDLAB DO BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA; Requerimento 21 – Oitiva Veronica Ribeiro Almuas Requerimento 22 – Oitivas Sônia Maria Oliveira da Rosa Claudia Gewehr Pinheiro Mario Jaime Gomes de Lima Camila Correa de Souza Mabel Luiza Leal Vieira Michele Bartzen Acosta Schroder Anelise Tolotti Dias Nardino Patricia da Silva Pereira Jacqueline Zilberstein Melissa de Oliveira Machado Lia Bárbara Marques Wilges Jacqueline Aguiar Giovane Martins Vaz dos Santos; **3.2 Dos Documentos requisitados** Requerimento 09 - Relatório contendo as visitas e demais compromissos registrados na agenda da ex-Secretária Municipal de Educação Sônia Maria Oliveira da Rosa enquanto titular da pasta. Requerimento 10 - Cópia integral do IPL nº 2021.0017133-DPF/CIT/ES; e Cópia integral do IPL nº 0384/2017 – SR/PF/DF, instaurado para investigar supostos superfaturamentos, no Pregão Eletrônico nº 051/2011, promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Requerimento 11 - A) Da Auditoria Especial na Secretaria Municipal de Educação (Smed) determinada para apurar os procedimentos de destinação dos materiais e equipamentos adquiridos para a rede municipal de ensino: 1. Cópia integral do relatório elaborado. 2. Cópia das atas das reuniões realizadas. 3. Acesso externo ao processo SEI. B) Do Comitê Gestor Operacional criado para concluir a distribuição e instalação dos produtos, incluindo providências de infraestrutura nas escolas necessárias à operação desses equipamentos: 1. Relatório das ações e decisões tomadas. 2. Acesso externo aos processos SEI relacionados. Requerimento 12 - Balanço dos Chromebooks adquiridos por meio do Pregão nº 18/2022, Processo SEI nº 22.0.00007612-4, contendo o quantitativo e o local onde se encontram atualmente os bens, acompanhado de relatório de registro patrimonial. Requerimento 13 - Acesso externo aos processos SEI abaixo relacionados: 22.0.000058761-7 - Impressoras 22.0.000100038-5 - Materiais Esportivos 22.0.000055199-0 - Kits Robótica 22.0.000061058-9 - Livros 22.0.000048244-0 - Livros 22.0.000148744-6 - Telas

Interativas 22.0.000042568-4 - Livros 22.0.000113599-0 - Livros 22.0.000055404-2 - Livros 22.0.000104178-2 - Mesas Interativas 22.0.000041631-6 - Kits Pedagógicos 22.0.000038148-2 - Mind Lab 22.0.00007612-4 - Chromebooks 22.0.000093102-4 - Salas Modulares 22.0.000125539-1 - Brinquedos e Materiais Pedagógicos 22.0.000031319-3 - Laboratórios 21.0.000026639-3 - Manutenção e Instalação Predial 22.0.000142198-4 - Frota de caminhões/vans 22.0.000104652-0 – Pracinhas; Solicitada à SMED/PMPA o encaminhamento de amostra dos materiais didáticos adquiridos da editora Inca Tecnologia, especialmente livros de português e matemática, das publicações preparatórias para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), adquiridos em 2022, que contiveram erros de grafia e conteúdo; Requerimento 26 – Visitas/vistorias depósitos da Rua La Placa ng 693, Bairro Jardim Botânico * Avenida Voluntário da Pátria nQ 3927, Bairro Navegantes * Rua Olavo Bilac nQ 542, Bairro Santana; Requerimento 26 - Visitas/vistorias nas EMEI Santo Expedito - Rua Dois Mil Dezesete - Rubem Berta * EMEI Ilha da Pintada -- Rua Garruchos -- Arquipélago * EMEI Mano Quintana - Rua C. Acesso B VI Castelo, 1 – Restinga; Requerimento 30 - * EMEI Santo Expedito - Rua Dois Mil Dezesete - Rubem Berta * EMEI Ilha da Pintada -- Rua Garruchos -- Arquipélago * EMEI Mano Quintana - Rua C. Acesso B VI Castelo, 1 – Restinga; Requerimento 31 - requerer esclarecimentos do Poder Executivo sobre a reunião realizada com empresários da INCA (Jaílson Ferreira da Silva e Sérgio Bento de Araújo) e os Vereadores Pablo Melo e Alexandre Bobadra; Requerimento 32 – quebra de sigilo bancário e telefônico Requerimento 33 – indiciamento como investigado de Sônia Maria e Mabel Luiza; **3.3 Dos documentos apresentados às CPIs 3.3.1 Das Diligências externas realizadas pelas CPIs** Foram realizadas visitas na Escola Municipal de Educação Básica Doutor Liberato Salzano Vieira da Cunha e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Novo, a fim de verificar *in loco* a situação dos materiais adquiridos, a sua utilização, bem como o efeito que essas aquisições tiveram na vida escolar das crianças. Nesta ocasião comprovou-se que as aquisições dos Chromebooks, das Telas Interativas e do Material Didático, estão sendo aproveitadas pelos alunos e professores, inclusive, se presenciou alunos não querendo ir embora da escola para ficar acessando a internet na escola. Depoimentos de professores e diretores das escolas deixam claro da importância das aquisições e dos benefícios que elas terão ao longo prazo na vida das crianças e adolescentes. Além do mais, diversos depoimentos de testemunhas, corroboram com essa informação. Sendo assim, não restam dúvidas quanto aos benefícios que os materiais adquiridos, e aqui investigados, trouxeram para a rede escolar municipal. **3.3.2 Das audições realizadas pelas CPIs** Encerrada as diligências externas, as CPIs, ainda na fase de Instrução do Processo, iniciou a etapa de autivas de testemunhas e informantes, que foram fundamentais para o esclarecimento de diversos pontos que estavam obscuros.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCDOB): Relator Mauro, gostaria só de destacar que, na visita feita, foram identificados kits pedagógicos da Mind Lab não utilizados na Escola Liberato Salzano. Feito esse destaque, muito obrigado.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): (Prossegue a leitura do Relatório.)

Durante esta fase processual as Comissões Parlamentares de Inquérito tomaram o depoimento das seguintes pessoas: **Janaína Franciscatto Audino, ex-Secretária Municipal de Educação; Jailson Ferreira da Silva, empresário; Sônia da Rosa, ex-secretária Municipal de Educação; Mário Jaime Gomes de Lima, ex-Secretário Adjunto de Educação do Município de Porto Alegre;** Mabel Luiza Leal Vieira; Michele Bartzen Acosta Schroder; Cláudia Gewehr Pinheiro; Sérgio Bento de Araújo; Roberto José Costa Mota Júnior; Lia Bárbara Marques Wilges; Anelise Tolotti Dias Nardino; Patrícia da Silva Pereira; Verônica Ribeiro Almuas; Giovane Martins Vaz dos Santos

3.3.3 Do resumo das reuniões realizadas pela CPI Todas as atas das reuniões, em seu inteiro teor, são partes integrantes do processo que se encontra no SEI da presente Comissão Parlamentar de Inquérito. Inicialmente, foram instruídas duas CPI'S, com reuniões segundas e quintas feiras, de manhã, sendo presididas pelos Vereadores Mari Pimentel e Idenir Cechin. Após diversas tratativas em realizar reuniões conjuntas das CPI'S, em 11.09.2023 foi realizada a primeira reunião. Em, **11.09.2023** restou estabelecido então, em acordo com todos os membros da CPI, que as reuniões seriam conjuntas, as segundas feiras, com oitivas ou não de testemunhas, oportunidade em que foi colhido o depoimento da **Sra. Mabel Luiza Vieira**. Em, **25.09.2023**, foram apresentados e votados vários requerimentos. Em, **02.10.2023** teve a oitiva da Ex-secretária Municipal de Educação Sônia da Rosa. Em, **09.10.2023** teve oitiva da Michele Bartzen Acosta Schroder e votação de requerimentos. Em, **23.10.2023** houve a votação de requerimentos e oitiva da testemunha Cláudia Gewehr Pinheiro. Em, **30.10.2023** foram votados requerimentos e oitiva das testemunhas Giovane Martins Vaz dos Santos e Sérgio Bento de Araújo. Em, **06.11.2023** teve votação de requerimentos e oitiva das testemunhas Roberto José Costa Mota Júnior e Lia Bárbara Marques Wilges. Em, **13.11.2023** teve a oitiva da testemunha Verônica, Em, **20.11.2023** houve as oitivas das testemunhas Anelise Tolotti Dias Nardino, Patrícia da Silva Pereira e Giovane Martins Vaz dos Santos. A **fase de instrução probatória foi encerrada**, através de despacho deste relator em 20.11.2023, conforme documentos nº 0656880 e nº 0656955, portanto sendo vedadas novas oitivas e juntada de documentos a partir dessa data.

4. DO COMPÊNDIO DAS OITIVAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO:

4.1 Nome: **Janaína Franciscatto Audino** Data: 25.08.2023 Cargo/função: **Ex-Secretária Municipal de Educação** Durante a oitiva realizada foram constatados os seguintes fatos: - O depoimento ficou restrito ao período em que a Sra. Janaína estava à frente da Secretaria de Educação, ou seja, 2021 a 22/02/2022; - No que tange a reunião realizada no gabinete do Prefeito, com a presença de 2 vereadores e um empresário, restou informado que foi uma reunião como tantas outras e públicas; - Referente ao material informado, declara que quando da sua gestão apresentou um Plano de Trabalho, que dentre outros, estava levar a inovação para as escolas Municipais de Porto Alegre. Ampliando assim, a tecnologia nas escolas, tendo em vista o período da Pandemia em que as escolas ficaram fechadas; - As aquisições ocorreram através de licitação; - “Trazer tecnologia, trazer um Chromebook por aluno, que essa era a nossa proposta, de resgatar esses alunos, esses jovens para dentro da escola, era uma forma de poder trazer a transformação social, o desenvolvimento social para dentro da escola pública...” apontou a ex-secretária. - Informou ainda que a aquisição dos Chromebooks fora feita com todo o amparo legal, de todos os órgãos de fiscalização da Prefeitura - “ Comprar 27 mil Chromebooks e dar a oportunidade para que cada aluno tenha acesso para estudar, para fazer pesquisa no seu equipamento, eu acredito que isso faz a diferença, sim, na aprendizagem dos alunos, ainda mais no momento que a gente vivia, de pandemia, onde a gente estava em isolamento” acrescentou a depoente. - E eu não tive nenhuma pressão, eu quero deixar bem claro aqui, eu sempre tive muita autonomia para trabalhar como secretária e eu sempre acreditei muito na defesa das minhas ideias, do que eu acredito para a educação, então, queria deixar isso bem claro.

4.2 Nome: **Jailson Ferreira da Silva**. Data: 31.08.2023 Cargo/função:

Empresário Durante a oitava realizada foram constatados os seguintes fatos: -

No que tange as informações das empresas, assim declarou: “desde 2014, a empresa Inca, a empresa Astral e a empresa World fazem apresentação desses materiais na Granpal, para todos os prefeitos da região, estados, município; está hoje em 19 estados, 394 municípios, é uma empresa de mais de 20 anos de mercado; entre eles o Ceará, o qual é referência em educação; entre eles, Sobral, que é referência em educação; recebemos vários prêmios.” - Questionado sobre a **reunião do Gabinete do Prefeito**, informou: “Meu time técnico agendou essa reunião – o Sergio estava por aqui –, agendamos uma reunião e fomos até a Prefeitura, somente para fazer a apresentação dos nossos produtos, somente para isso, o portfólio da empresa. Nada mais do que isso.” “Nessa reunião, foi apresentado mais robótica. Foi uma apresentação mais dedicada à robótica. O prefeito queria aplicar a robótica no Município de Porto Alegre. Nós fizemos só uma apresentação, mais em cima de robótica. Pouco pedagógico.” “Nós não vendemos robótica para Porto Alegre, senhores.” “Eu tenho uma equipe técnica que agenda reuniões para nós no Brasil todo. A gente procura os municípios que estão com o IDEB abaixo, e minha equipe técnica agenda – existe todo um cronograma. Isso não passa por mim. Eles só falam: “Jaílson, vamos ter uma reunião na prefeitura tal, tal dia.” “Eu não tenho nenhuma relação com o Ver. Alexandre Bobadra e o outro Pablo aí. Não tenho relação nenhuma. Eles estavam, sim, participaram, sim, da reunião, mas acho que foi como ouvintes, porque ninguém fez nenhuma pergunta, não que eu me lembre neste momento, até porque eu não me não me recordo, e, volto a frisar novamente, foi meu time técnico que marcou com a Prefeitura.” - Sobre a adesão à ata, assim manifestou: “O Brasil inteiro hoje faz adesão à ata. Vale a pena salientar que, na última Marcha do Prefeito, todos os prefeitos solicitaram ao presidente da Câmara Arthur Maia que fosse prorrogado, o que foi feito até o final desse ano, dezembro.” - Quanto aos erros ocorridos nos livros, assim manifestou o depoente: “Na verdade, o livro continha um erro de matemática, e eu acho que um erro de português, é uma conta de tabuada, estilo 9 vezes 8, que deu errado. A empresa, como uma empresa séria, vereadora, fez questão de recolher, sem nenhum custo para o Município de Porto Alegre, todos os livros em todas as escolas.” - Referente ao preço do livro, informou que: “Quando a senhora fala do preço-capa desse livro, esse livro no mercado, no nosso concorrente, ele custa R\$ 130,00. Porto Alegre teve economicidade na aquisição, com uma ata de preço de desconto. Quando você faz uma adesão a uma ata de desconto, você tem isso. Preço-tabela desse livro, senhores, é R\$ 130,00.” **4.3 Nome: Mabel Luiza Leal Vieira** Data: 11.09.2023 Cargo/função: **Servidora Pública Municipal de Canoas e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul** A depoente era, na época dos fatos, assessora técnica do gabinete da Secretaria e fazia gestão de dois projetos, plano de logística sustentável e a plataforma de gestão educacional. No período de fevereiro de 2022 até julho de 2023. - A depoente explicou à CPI como funcionou a contratação objeto desta CPI, senão vejamos: “A gente faz pesquisa, pesquisa de fornecimento. Quando um objeto é elencado por uma equipe técnica e pedagógica, que veem, que há necessidade daquele objeto ou que há interesse que aquilo qualifique as escolas, a gente faz pesquisa. A gente pesquisa empresas... Claro que todo o mundo sabe que tem empresas também que nos procuram, às vezes, para apresentar seu produto, serviços, enfim. Nem todas as vezes são contempladas no atendimento, depende do que está propondo. A gente recebe, a gente escuta, a gente avalia e depois entra em contato. Normal.” - Referente a importâncias das aquisições, assim se manifestou: “Acredito que foram aquisições bem importantes, que qualificam, sim, o ensino. São instrumentos importantes, visto que nós viemos de um período pandêmico, em que a gente teve bastante perdas, distorções, enfim. E, também, na perspectiva de esses equipamentos, de esses materiais também enriquecerem e contemplarem os programas que fizeram parte das políticas educacionais que foram implementadas nessa gestão, como o Alfabetiza+POA, RecomPOA”. - Referente à contratação da Coleção Conexões, disse a depoente: “à equipe pedagógica ali da gestão pedagógica ali da SMED e mais o corpo técnico

ali, eles avaliaram, só que eu não participei dessa avaliação inicial assim, quando receberam os livros, enfim. Eu só vi depois, porque eles deixaram ali um quantitativo para a gente fazer a avaliação com mais calma.” “É, do pedagógico, porque assim, nenhuma reunião, nenhum fornecedor, ou seja, lá quem, for era atendido sozinho por alguém, ou pela secretária sozinha, ou pela diretora pedagógica sozinha, sempre era um grupo, mais de um secretário com alguém do financeiro, com alguém do administrativo, do jurídico principalmente, para ver a viabilidade. Então, era isso.” “A escolha era do grupo de trabalho. Grupo pedagógico, a diretora pedagógica, a secretária adjunta, a secretária Sônia, o secretário Mário, o pessoal que trabalha no jurídico, todo mundo que acompanhava...” - Sobre a adesão de atas, declarou: “à adesão à ata de registro de preço, ela é, acho que ela é realizada por vários municípios. É um procedimento legal, ele vem de uma licitação. Quando se diz “pegou carona”, eu acho que o pegar carona, eu, Mabel, acredito que o pegar carona, quando tu não tens um tempo hábil para tu poder investir, é preferível deixar o dinheiro parado ou investir? A licitação, ela demora; então, eu acho que foi uma alternativa; é uma estratégia que se utiliza, mas é um procedimento juridicamente legal que tem respaldo, que tem lei.” “Bom, a respeito da avaliação dos produtos, da escolha, o rito, ele foi cumprido conforme a legalidade. Eu acredito assim que não teve nada que não tivesse sido instruído com orientação da equipe técnica jurídica da SMED, eu acredito que todas as etapas foram cumpridas.” “questão das decisões que o senhor pergunta, como eu já tinha dito e vou falar novamente, não era uma decisão solitária, a secretária Sônia tinha dois secretários adjuntos e ainda todo um corpo técnico-pedagógico para fazer as colaborações. Então acho que não tem uma decisão solitária, era uma decisão de gabinete, eu acho que são três secretários que respondiam pela pasta.” - Sobre os quantitativos adquiridos, manifestou: “Em relação à avaliação do quantitativo, isso a gente sempre fazia o levantamento. É que depende do objeto agora. Por exemplo, como eu falei antes para os senhores, nos materiais pedagógicos e esportivos, a gente fez aquela pesquisa e os próprios diretores respondiam sobre a questão dos quantitativos, e, claro que a gente sempre coloca um percentualzinho a mais, bem pequeno, para ter uma reserva técnica, e até porque também teria a formação da escola nova.” **Ainda, cabe ressaltar que, após o seu depoimento, conforme documentos juntados no SEI, a depoente escreveu de próprio punho e gravou um vídeo declarando ter sido instruída pela então Presidente de uma das CPIs, Ver. Mari Pimentel, nas respostas dos seus questionamentos e declarando não permitir divulgação de whats e/ou áudios vinculados ao seu nome. Desta forma, não há como se admitir no âmbito destas CPIs a utilização de provas nulas ou obtidas mediante coação à testemunha, ainda mais ressaltando que uma CPI tem o poder de autoridade judicial, logo a Presidente Mari Pimentel é uma das juízas da causa e um magistrado não pode e não deve aliciar, coagir ou orientar testemunhas.** 4.4 Nome: **Sônia da Rosa** Data: 02.10.2023 Cargo/função: **Ex-Secretária Municipal de Educação de Porto Alegre** Questionada, por este Relator, sobre a quantidade de materiais adquiridos e entregues, assim informou: “nós entregamos 73,15% de materiais, não é? Ainda que com poucos recursos de logística, com dois caminhões, nós ainda assim fizemos essa entrega. Locamos um bom depósito para que toda a parte de tecnologia fosse armazenada, mas nós ainda tivemos que contar, sim, com o depósito da Rua Olavo Bilac, embora, agora saiu há pouco tempo o edital de reforma dele, mas devo reconhecer, sim, que nós tivemos problemas de logística. Acho que esse é um ponto a se pensar; pensar, não, acho que já se pensou e já se melhorou, muitas das coisas já foram feitas. Muitos materiais também chegaram ali em dezembro, o que fez com que nós, então, desdobrássemos mais ainda esse trabalho de logística.” No que tange a decisão da aquisição dos materiais, declarou: “à secretaria tem toda autonomia na escolha dos seus projetos pedagógicos. Eu ainda citei aqui a lei dos sistemas, e não houve qualquer intervenção do Executivo, do prefeito, em relação às aquisições que nós fizemos. Nós temos, sim, um corpo técnico importante na secretaria, cada aquisição, junto com os profissionais

pedagógicos e também de tecnologia, decidiram juntos a aquisição desses materiais e desses equipamentos para que nós pudéssemos, junto com esses grandes programas estratégicos, fazer a mudança que realmente Porto Alegre precisa.” “eu recebi muitos empresários na Secretaria, muitos, inclusive junto com a senhora. E eu quero dizer para a senhora que a decisão é coletiva. Eu sempre atendi, no meu gabinete, às portas abertas, os empresários com uma equipe técnica. A decisão nunca é isolada.” “Quem é que decide? É o grupo técnico; se o grupo técnico está me dizendo que isto e isto é importante para o desenvolvimento dos nossos programas, é nesse corpo técnico que uma secretária precisa confiar.” Referente as entregas de materiais, destacou: “um pouco mais de 70% de materiais foram entregues nas escolas, quer sejam equipamentos, quer sejam materiais. Dessas escolas que não entregaram, possivelmente, algumas delas com questões de logística e questões também de infraestrutura, elétrica.” “vou destacar que 73,15% dos insumos foram entregues, não é? Quero lhe dizer que o Sr. Jaílson acompanhou as entregas, como representante dessas empresas, nos depósitos, foi isso que aconteceu.” Referente à forma de aquisição dos materiais, destacou à secretária: “não pode mais dizer que Porto Alegre pulou etapa, ou que comprou sem licitação, não é? É importante esse tema, dizer que a ata de registro, ela é, sim, oriunda de um processo licitatório, que cumpre todos os requisitos estabelecidos, jurídicos e administrativos, do lugar onde se faz. Dizer que o gestor público, no cumprimento do seu dever, ele tem toda a possibilidade de utilizar as diferentes formas de contratação, e a Ata de Registro de Preços é uma delas. “De forma alguma, o prefeito ou o vice teve alguma gerência sobre as nossas aquisições. Antes pelo contrário, como eu já falei anteriormente, o pedido do prefeito foi que nós realmente fizéssemos uma educação pública de qualidade que atendesse aos nossos alunos.”

VEREADOR JONAS REIS (PT): Relator Mauro, só lhe dar parabéns aí por essa parte, porque realmente...

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): O Presidente é o Ver. Cecchim, não sou eu, ele que define.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Só um pouquinho...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só que o Decreto nº 20.502 do prefeito denota que ele não precisava interferir, porque, na verdade, ele já tinha expedido um decreto flexibilizando compras...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Jonas, não interrompa.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): (Prossegue a leitura do Relatório.)

4.5 Nome: Michele Bartzten Acosta Schroder Data: 09.10.2023 Cargo/função: **Coordenadora Pedagógica da Gestão da SMED** Sobre as aquisições, informou: “Em relação à ata que tu colocaste, claro que eu tenho os SEIs dos materiais que foram adquiridos, e muitos deles foram provenientes de uma ata de registro de preço, enfim, que nós recebemos as empresas, sim, e após determinar que o produto era de forma efetivo, tinha sucesso... Inclusive eu tenho um levantamento de outras localidades, de outras cidades da Região Metropolitana, inclusive do Brasil que adquiriram esses materiais dessas mesmas empresas que a gente adquiriu. Teve empresas que estavam participando dessa ata de registro de preço, e que sim, seria um processo que tem vantajosidade na compra, que daria uma agilidade para o processo, mas nenhuma pressão política em relação a isso.” Referente às decisões tomadas, declarou: “E, assim, em relação à decisão, a decisão final não é do setor pedagógico. A decisão final é da Secretaria de Educação como um todo. Existia um corpo técnico, e sim nós emitíamos pareceres pedagógicos que sinalizavam a importância do material.” “A funcionária Lia sugeriu a empresa e, como todas as outras – como eu falei anteriormente –, seguiram-se os ritos oficiais: agendamento da reunião oficial com as secretárias, com a equipe técnica, coordenadores, e posterior indicação, se for positiva, se o corpo técnico entender que o material – que no caso é uma metodologia – seria positivo, se dá o prosseguimento do processo. Eu não tenho poder de decidir sozinha, porque existia um corpo técnico para isso, e eu não sei se o senhor tem conhecimento, mas dentro da Secretaria de Educação existiam os ritos do processo, simplesmente o *e-mail* foi a sugestão de agendamento e prosseguimento para se executar o processo.” “Em primeiro lugar, eu não sou a responsável pela contratação. Eu indiquei o material e a metodologia como uma metodologia potente. E, sim, após a análise, a secretária deu o aval. O *kit* escola contém o quantitativo de jogos, *kit* de jogos, 35 jogos de cada, se não me falha a memória, são 400 jogos que todas as escolas receberam. Contém o *kit* por semestre para os alunos do livro O Jogo, que são livros que se moldam e viram jogos. O *kit* família, que é um material que os alunos levam para dar continuidade ao trabalho e ao processo em casa...”

4.6 Nome: Mário de Lima Data: 16.10.2023 Cargo/função: **Ex-Secretário Adjunto da Educação de Porto Alegre** No que tange a aquisição dos materiais, o depoente declarou: “no que diz respeito à aquisição de materiais, o setor administrativo, em especial o setor financeiro, que era a parte que eu cuidava mais diretamente, não teve atuação direta em relação às aquisições desses materiais.” “Então, todo o processo de compra, no que diz respeito a materiais, ele passava do setor demandante, do setor demandante, ele ia para o gabinete da secretária, nos seus aspectos pedagógicos, as autoridades pedagógicas e sua equipe técnica.” “É sempre a secretária que bate o martelo. A gente pode, faz uma avaliação e ela considera aquilo que a gente avalia, tanto no escopo pedagógico quanto no administrativo, e daí ela diz: “Está tudo certo? Então tá.” “depois que a secretária Sônia volta, vendo o que saiu no jornal, eu comecei a analisar os processos, e aí, então, eu solicitei a abertura de uma sindicância para que se pudesse apurar não só a forma das compras, mas como também apurasse o armazenamento e a distribuição do material.” “Quando eu tomei ciência dos problemas eu sempre tomei a iniciativa de tentar resolver, eu não poderia prevaricar; no momento que eu tenho conhecimento de um problema, o que acabo fazendo? Eu tomo as iniciativas necessárias, conforme as normas.” No que tange aos contratos e a compra de materiais, informou: “Em relação aos contratos de compra de materiais, como eu disse, nós tínhamos um novo fluxo, e esse novo fluxo, juntamente com algumas normativas como a Ordem de Serviço nº 02/22 e as instruções normativas no que diz respeito à despesa pública, elas não exigiam e não permitiam que eu pudesse interferir nesse tipo de compra.” “Nós solicitamos abertura de sindicância e solicitamos a presença de arquivistas do Município para dar uma orientação por conta da legislação de arquivos públicos sobre temporalidade e forma de tratamento desses arquivos. Sobre as decisões,

destacou: “Bom, vereador, quem decide é o secretário, é o titular da pasta, ele que decide, isso não precisa nem perguntar para mim, isso é uma norma, está bem claro – isso é a primeira coisa.” “Só que o secretário, para ele tomar uma decisão, tem que ter como uma base fundamentos que garantam essa decisão.” **4.7 Nome: Cláudia Gewehr Pinheiro** Data: 23.10.2023 Cargo/função: **Ex Secretária Adjunta Pedagógica da SMED** No que tange às aquisições, assim declarou a Secretária: “Sim, eu entendo que as aquisições, sim, elas estavam de acordo com o planejamento que se tinha para o ano de 2022, 2023 e 2024. Eu lembro que, quando nós chegamos na secretaria, algumas questões eram muito preocupantes para nós: uma delas era o fato de Porto Alegre, por exemplo, não atingir o mínimo no IDEB por 12 anos;” “com relação à aquisição dos kits do Explorador Kids, que é a pauta onde está atrelada a Marjorie, sim, eu fui responsável, uma das responsáveis pela indicação do material” “Com relação às aquisições e os equipamentos tecnológicos, sim, eu entendo que eles estavam em consonância com os programas que estavam se instituindo, quando chegamos na secretaria; todos eles corroboravam com os programas, eles foram adquiridos em número suficiente para atender toda a rede.” “O material que foi adquirido atende às necessidades dos nossos estudantes e, principalmente, atende à legislação que está posta hoje, que coloca que os temas transversais contemporâneos têm que estar presentes no currículo escolar.” **4.8 Nome: Sérgio Araújo** Data: 30.10.2023 Cargo/função: **Diretor da empresa Inca Tecnologia e Astral Científica** Como a empresa chegou na Prefeitura de Porto Alegre? “nós fomos consultados para apresentar uma proposta de coleções de livros e laboratórios das Atas de Registro de Preços vigentes em nosso portfólio” “Essas Atas de Registro de Preços, elas estão no Sistema de Compras do Governo Federal, que é o SicaF, estão disponíveis, e não só Porto Alegre, como todas as prefeituras e governos do Estado pesquisam quem são as empresas detentoras dessas atas, e como, e qual produto elas têm à disposição para ofertar para o mercado.” “É hábito, sim, da empresa, fazer visitas técnicas comerciais em secretarias de educação.” No que tange a vantajosidade, declarou o depoente: “vantajosidade de preços, nós vendemos um livro do Aprender Mais, Edição Saeb, por R\$ 90,00 para a Prefeitura de Porto Alegre. Eu tenho para enviar para a Comissão aqui os editais que foram vencidos pelo principal *player* hoje do mercado a R\$ 180,00. O preço médio é de R\$ 130,00, R\$ 140,00 – licitações públicas recentes de 2022 e 2023. Então não há o que se falar ou negar da vantajosidade do preço pago Prefeitura.” “O preço dele para o privado gira em torno de R\$ 140,00, de R\$ 139,00 a R\$ 140,00. Nós temos uma distribuidora, uma grande distribuidora que tem e deve ter inclusive aqui no Rio Grande do Sul – Santa Catarina, eu sei que tem – que distribui materiais nossos também, sim.” “Isso, como acabei de falar anteriormente, com relação às licitações que houve em 2023 e 2022, que o preço médio das empresas concorrentes ficou entre R\$ 180,00 a R\$ 140,00, o preço por aluno.” Sobre o agendamento das reuniões, informou: “ela não foi solicitada pela Inca, essa reunião foi solicitada pelo meu representante para fazer as reuniões técnicas pedagógicas nos municípios do Rio Grande do Sul, incluindo Porto Alegre.” “a empresa se qualifica, e nós fornecemos, de pronto, se ela for qualificada como distribuidora, ou como representante, ou como comercialização do produto. Para isso tudo, é passado por esse pré-cadastro, como eu falei para a senhora.” Sobre os erros existentes nos materiais, declarou: “Com relação ao erro encontrado no material, foi um erro de tabela que nos foi notificado, correto? Um erro que foi encontrado no material, certo? De pronto, a empresa recolheu todo o material.” “Com relação à qualidade do material, nem aqui e em nenhum lugar do Brasil, eu me envergonho do meu material que eu entrego, porque nós entregamos não só o material, nós entregamos o resultado daquilo que nós fazemos, e isso vai ser comprovado, agora, com a divulgação do IDEB do Município.” **4.9 Nome: Roberto José Costa Mota Jr** Data: 06.11.2023 Cargo/função: **Servidor municipal, procurador municipal.** A função do depoente era: “Nas setoriais, a gente tem duas funções específicas: ou a gente faz consultoria e assessoramento. A gente só não faz o contencioso judicial, mas essas duas funções a gente faz nas procuradorias

setoriais. Era isso que eu fazia na SMED.” “Não, não, nós tínhamos liberdade para poder atuar na nosso mister de consultoria com liberdade, não existia esse tipo de intervenção.” “E acabei de falar também que nos processos de adesão à ata de registro de preço existe um parecer referencial em que não há necessidade que o procurador, ele faça, naquele processo, manifestação, visto que tem um parecer que é como se fosse um parecer normativo. Então, tem todo o passo a passo para que seja iniciado e finalizado o processo sem a necessidade de manifestação da Procuradoria.” “Eu tenho certeza, eu tenho certeza que o procurador Rafael, assim como eu, tem a mesma prática de não deixar passar qualquer ilegalidade, tenho certeza disso!” “Todas as irregularidades eram apontadas no parecer, no nosso parecer constavam todas as irregularidades que eram vistas naquele momento quando o processo passava pela Procuradoria, ou seja, a gente não direcionava nada para o prefeito, todas as irregularidades estavam no nosso parecer, nesse sentido.” Sobre a contratação: “Se eram de adesão à ata de registro de preços, ela se arrimou na lei, no parecer referencial da Procuradoria, e por isso não passou pela Procuradoria, por isso.” “Eram todos os servidores. Existia um passo a passo ali para várias etapas dos servidores atuarem no processo.” “a partir do momento em que é feita, digamos, uma manifestação da Procuradoria, ela tem lá todo passo a passo. Se aquilo ali está frágil ou não, cabe aos órgãos de controle, como, por exemplo, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul ter atuado nisso.”

4.10 Nome: Veronica Ribeiro Almuas Data: 13.11.2023 Cargo/função: **Empresária e Terapeuta** A participação da depoente no caso em tela, foi que, a sua empresa foi a responsável pelos kits de robótica pela empresa Conceitto, onde a gente vende por processo de INEX. A venda do valor total foi de R\$ 2 milhões. Ao longo de todo o seu depoimento, foi possível perceber que a depoente não tem conhecimento do funcionamento da sua empresa, dos produtos ofertados e da sua administração. Além de a depoente reside em Santa Catarina e a sua empresa tem sede em Gravataí. O que causa estranheza à este Relator. **4.11 Nome: Lia Bárbara Marques** Data: 13.11.2023 Cargo/função: **Professora concursada da Prefeitura de Porto Alegre** A participação da depoente nos processos objetos desta CPI era no sentido de dar fluxo aos processos. Veja, esse setor ficava, então, no guarda-chuva do CGRS, na Coordenadoria Geral de Recursos e Serviço, sob a tutela do secretário Mário de Lima, que acumulava, então, as funções de secretário adjunto e coordenador do CGRS. “a partir do comando da demandante, que era o setor de Coordenação pedagógica, eu, obviamente, viabilizei o fluxo para os setores correspondentes nessa tratativa de aquisição.” Sobre o início do processo de aquisição, a depoente informa que a Sra. Michele Bartzan solicitou que iniciassem o processo para a aquisição. “Seguindo o rito, como para todos os outros processos: esse era o fluxo. Então, na função que eu exercia naquele momento, eu recebia uma demanda, atendia e dava fluxo. Que setores precisam agora receber daqui para frente...” “O nosso setor ali tinha a atribuição de receber uma demanda e entender quais setores seriam os próximos demandados e solicitar documentação para a análise desses setores. Esse era o papel, ou é ainda, o papel dessa equipe, na qual eu fiquei ali por não mais do que dois meses.” “Eu não tinha gerência, e o *e-mail* demonstra isso, onde a coordenadora pedagógica que tem poder de decisão de escolha pelo produto, nos demanda, e eu sou a pessoa então, nesse setor, ponto focal para receber essa demanda, assim eu recebo e instrua o processo.” “Primeira, a sua questão sobre de quem é indicação para a compra? Vou repetir: do setor CGP, Coordenação e Gestão Pedagógica. Na época, ou à época, sob tutela da Sra. Michele Bartzan, essa é a indicação. Tanto que o *e-mail* retrata isso.” **4.12 Nome: Giovane Martins Vaz dos Santos** Data: 20.11.2023 Cargo/função: **Assessor de investimentos** O depoente trabalhou na SMED de 2021 a 2023 exercendo cargo de chefia da unidade de obras e coordenador de recursos e serviços. “Não, eu não participava de contratação. A contratação era sempre feita ou diretamente pelas escolas até o limite de dispensa de licitação, ou, então, licitados pela SMED mesmo, mas aí o Setor de Obras que fazia os projetos básicos e os documentos técnicos.”

No que tange ao recebimento dos materiais adquiridos, declarou: “No mínimo, três servidores deveriam atestar o recebimento dos materiais. Isso falando em termos de quantidade e também comparando com a nota fiscal. Após isso, eles encaminhavam a nota fiscal para pagamento. Existe um processo único do Município para o pagamento de notas fiscais. Incluindo notas fiscais e confirmando o recebimento e também as quantidades desses materiais, elas eram encaminhadas para pagamento e o pagamento era feito de forma automática, digamos assim.” “todo mundo sabia do problema da logística. Inclusive, as compras poderiam ter sido feitas de outra forma, na minha opinião, mas eu não cheguei a ser consultado sobre isso, não era a minha...” “Sim, após o relatório, tanto o prefeito quanto a secretária foram muito diligentes em afastar os servidores que eles viram como um envolvimento inicial, até de forma preventiva, e nós fizemos uma instrução normativa que criava diversos fluxos de modo a impedir que orçamentos daquele tipo voltassem a passar.” “considerar como um problema de logística a questão do planejamento para recebimento dos materiais, aí, sim, nesse caso a gente teria um problema porque os materiais foram adquiridos sem que a gente tivesse até o espaço no depósito para recebimento.” Ao ser questionado pela circulação de pen drives dentro da SMED, declarou: “O pessoal usava bastante *pen drive* para passar documentos de um para o outro, para fazer os termos de referência e tal, **mas nunca vi ninguém entregando, por exemplo, um *pen drive* de alguém para ...**”

4.13 Nome: **Patrícia da Silva Pereira** Data: 20.11.2023 Cargo/função: **Coordenadora de Assessoria de Educação** Questionada sobre a sua participação nos fatos investigados nessas CPIs, assim declarou: “O processo, diretamente, que eu iniciei o processo foi o da aquisição do SAEB, a pedido da nossa coordenadora, a Michele.” “Os livros do SAEB, os 74 mil livros que foi solicitado que eu fizesse, mas pelo motivo simples, ninguém sabia fazer o processo, e eu fazia todos os processos de inexigibilidade. Então fui convidada... foi solicitado que eu instrísse o processo.” “Não, eu fui solicitando, porque a Michele ia montando os documentos. Eu pedi para ela: “Tens o termo de referência?” “Tenho.” “Então, monta o termo de referência nesses termos.” Eu ia pegando as instruções e ia ensinando a ela como fazia. “Monta o termo dessa forma. Eu preciso ‘x’, ‘y’ e ‘z’ informações.” Aí, ela montou o termo de referência e passou para mim. “Preciso de tais e tais certidões.” Ela pegou e me trouxe todas as certidões, me passava os documentos. Só isso.” No que tange ao recebimento dos materiais, informou: “Quando chegou o material do SAEB, que era o que eu tinha que responder, porque era, inclusive, a fiscal do contrato, eu recebi o telefonema da Simone: “Pati, chegou aqui as carretas com o material, me manda a lista das escolas para ser distribuído”. Eu abri o sistema integrado educacional, baixei um quantitativo de professores e alunos e mandei a lista para a Simone. Essa era a minha tarefa. Eu não acompanhei mais nada, por quê? Porque todas as compras que eu fiz para minha assessoria eu recebi, eu assinei, eu guardei dentro da SMED mesmo, porque não era um quantitativo gigantesco, e fiz a distribuição somente em dezembro, e tem compras que eu comecei em janeiro, e foram entregues em dezembro. Por quê? Porque eu tinha que esperar todos os materiais chegarem para juntar no *kit*.” **4.14** Nome: **Anelise Tolotti Dias Nardino** Data: 20.11.2023 Cargo/função: **Servidora Pública Municipal** Questionada de como que começou a aquisição dos materiais, a depoente declarou: “A Michele pede então que a gente dê início, então, eu tenho o projeto que é esse da biblioteca Aventura na Leitura, da Inca, o projeto Empreendedorismo, e o outro é o de Educação Financeira. Então, como eu não tinha essa experiência da condução de processos, nunca foi a minha atribuição, não conhecia nem o sistema SEI também, fui aprendendo tudo junto, a Patrícia então foi a pessoa que foi nos instruindo, nos orientando de como fazer. Quando eu coloquei então para Michele isso, da minha insegurança de fazer esses projetos, ela disse: “Cópia do SAEB”. Foi esse o termo que ela utilizou, e daí explica a pergunta do Ver. Jonas, de por que que todos aqueles orçamentos eram os mesmos, era porque estavam no SAEB. Então eu peguei todos os fornecedores que ela fez o orçamento, e repliquei nesses outros processos.” “Foi a Michele que disse para copiar do SAEB.

Ela disse que a Patrícia ia nos orientar, a Patrícia, na verdade, ela ficou de professora de todos lá da SMED, que ninguém sabia fazer processo, os fluxos eram muito truncados, a gente não tinha o conhecimento do rito todo dos processos. Então a Patrícia foi nos apontando o caminho, esse roteiro que ela montou de adesão à ata, a gente foi seguindo, e eu fui pegando ali os fornecedores que ela utilizou eu utilizei. Então, foi tudo feito nesse processo.” “A coordenadora Michele orientou para que eu seguisse o projeto do SAEB, e aqueles fornecedores apareciam no projeto do SAEB. Então, eu utilizei esses mesmos fornecedores. Ela endossou essa orientação.”

5.. DA ANÁLISE PROCESSUAL Segundo a Nova Lei de Licitações, o **Serviço de Registro de Preço** (SRP) consiste num conjunto de procedimentos que se destina ao registro formal de preços em um documento chamado **Ata de Registro de Preço (ARP)**. Por meio desta, dispõe-se sobre compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital de licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas (art. 6º XLV w XLVI). Na definição de Joel Niebuhr e Edgar Guimarães, o Sistema de Registro de Preços é: “instrumento destinado à eficiência no gerenciamento de processos de contratação pública, por meio do qual o vencedor da licitação assina ata de registro de preços, comprometendo-se a oferecer por preço unitário o objeto licitado, de acordo com as necessidades da Administração, dentro da quantidade prefixada no edital e dentro do prazo também fixado nele, que não pode ultrapassar um ano” (NIEBUHR, Joel de Menezes; GUIMARÃES, Edgar. Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos. Fórum: Rio de Janeiro, 2013, pág. 24.) No município de Porto Alegre, destaca-se abaixo os regulamentos que citam a permissão de Adesão à Ata de Registro de Preço: **Decreto Municipal nº 11.762/1997** “Art. 7º-A Fica delegada competência ao Secretário Municipal da Educação, para a prática dos seguintes atos: [...] II - adesão às Atas de Registro de Preços realizados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas Municipais, Estaduais e da União, no que concerne à prestação dos serviços relacionados à educação, mediante prévia instrução do processo e análise jurídica da Procuradoria Setorial”. (Redação dada pelo Decreto nº 21502/2022) (Grifou-se) **Decreto Municipal nº 19.189/2015** “Art. 4º São atribuições do Superintendente da CELIC, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 765, de 2015: [...] § 3º O Poder Executivo de Porto Alegre, a critério do Secretário da Fazenda, mediante fundamentação da conveniência e de justificativa prévia, fica autorizado a: [...] III - aderir às Atas de Registro de Preços realizados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas Municipais, Estaduais e da União; e (Redação acrescida pelo Decreto nº 20.336/2019)” (Grifou-se) **Decreto Municipal nº 21.363/2022** “Art. 43. À Diretoria de Licitações e Contratos (DLC), UT subordinada à SMAP, compete: [...] VI - firmar as atas de registro de preços e aderir às Atas de Registro de Preços realizados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas Municipais, Estaduais e da União;” (Grifou-se) Assim, percebe-se que não existe óbice jurídico para que o Município de Porto Alegre faça a adesão às atas de registro de preço de órgãos ou entidades de outra esfera de governo, mesmo diante da falta de regulamento municipal detalhado sobre tema. A **Ata de Registro de Preços** é “o documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso, para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas” (inc. II, do art. 2º do Decreto 7.892/13). Sobre a matéria, importa colacionar doutrina de Eliana Goulart Leão: “A ata de registro de preços não é um contrato de fornecimento, mas, sim, um instrumento obrigacional regido pelo direito público e sem a conotação de contraprestacionalidade própria dos contratos resultantes das licitações comuns. Pode, grosso modo, ser comparada a um protocolo de intenções entre a Administração e os fornecedores do objeto, e a Administração, ao firmá-la, não

assumirá qualquer ônus relativamente à outra parte (ou, outras partes) signatárias com isso apenas anuindo quanto ao registro de preços” (LEÃO, Eliana Goulart. O sistema de registro de preços. Campinas: Bookseller, 1996, p. 70). Verifica-se que a forma de contratação efetuada pela SMED, utilização da Ata de Registro de Preço, está em consonância com os ditames legais, e conforme diversos depoimentos, é um instrumento jurídico adotado por diversas secretárias. Inclusive, em resposta à diligência efetuada pelas CPIs, diversos órgãos, tais como o Tribunais do Estado do Rio Grande do Sul, atestaram a regular utilização desse tipo de procedimento em suas contratações, afastando toda e qualquer suposição de que a mera adesão à licitações realizadas por outros entes da federação configure qualquer tipo de ilegalidade. O que se busca nessas CPIs é a análise de 12 fatos ocorridos na Secretária de Educação, com aquisições de materiais, utilizando a “carona” da Ata de Registro de Preços e a Inexigibilidade por notório saber jurídico. Ambas as formas de contratação com o ente público estão reguladas pelo ordenamento jurídico. Cada modalidade com as suas características e formas de execução, mas as duas em conformidade com a Lei. Desta forma, primeiramente, não se pode falar que a Administração Pública utilizou forma diversa da permitida em lei para a aquisição dos materiais investigados nessas CPIs, pelo contrário, as formas de contratações estão inseridas na Lei de Licitações. **6. DOS PROCEDIMENTOS INTERNOS** Ao longo da instrução dessas CPIs, juntada de documentos e oitiva de testemunhas, foram questionados, alguns pontos: **A**– Os procedimentos foram seguidos de acordo com a legislação? Quem ordenava/indicava as empresas para iniciar o processo de aquisição dos materiais? **B** – Os procedimentos de destinação dos materiais adquiridos para a rede municipal de ensino estão adequados? **C** – Os procedimentos de compra de materiais estão em conformidade com a lei e normas vigentes? Após analisar as provas apresentadas, documentos apresentados tempestivamente e as oitivas das testemunhas, este Relator, concluiu que: 6.1 Os procedimentos foram seguidos de acordo com a legislação? Sim. Conforme depoimento de várias testemunhas às CPIs, o procedimento utilizado pela SMED está dentro dos ditames legais, senão vejamos com o trecho do depoimento da Servidora Mabel: “Bom, a respeito da avaliação dos produtos, da escolha, o rito, ele foi **cumprido conforme a legalidade**. Eu acredito assim que não teve nada que **não tivesse sido instruído com orientação da equipe técnica jurídica da SMED, eu acredito que todas as etapas foram cumpridas.**” Assim, verificou-se que, o procedimento começa com a pesquisa das empresas, de acordo com o objeto que deveria ser adquirido, fazendo escolhas e solicitando orçamentos. 6.1.1 Quem ordenava/indicava as empresas para iniciar o processo de aquisição de materiais? Diversos testemunhos declaram que a escolha da empresa era analisada por uma equipe técnica que verificava as condições técnicas e jurídicas, emitia pareceres, e que a decisão final, cabia à Secretária de Educação. O que ficou em dúvida, e merece ser analisado profundamente, é a participação da Servidora Michele, nesse processo todo, pois, diferentemente do que ela expôs, duas testemunhas, informaram que vinha dela a orientação da empresa que deveria ser contratada, senão vejamos: A servidora Patrícia, em seu depoimento, informou que iniciou o processo de compra no sistema a pedido da coordenadora pedagógica Sra. Michele, senão vejamos: **SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA:** Não foi definido por mim, vereador. Eu já respondi isso. Eu não fiz nenhuma definição. Eu só instruí o processo, incluí os documentos. **VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Ok. Foi pela senhora? **SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA:** Não. **VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Não. Foi por quem? **SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA:** Pela Michele.. Neste mesmo sentido a Servidora Anelise, declarou: **“A Michele pede então que a gente dê início**, então, eu tenho o projeto que é esse da biblioteca Aventura na Leitura, da Inca, o projeto Empreendedorismo, e o outro é o de Educação Financeira. Então, como eu não tinha essa experiência da condução de processos, nunca foi a minha atribuição, não conhecia nem o sistema SEI também, fui aprendendo tudo junto, a Patrícia então foi a pessoa que foi nos instruindo, nos orientando de como fazer. Quando eu coloco então para Michele

isso, da minha insegurança de fazer esses projetos, ela disse: “Cópia do SAEB”. **Desta forma, importante aprofundar as investigações, no que tange a participação da Servidora Michele nas indicações das empresas contratadas.** Fora essa questão, conforme já explanado no tópico jurídico, quanto a forma de aquisição não há ilegalidades verificadas por este Relator. **Outra dúvida que restou foi que as CPIs não conseguiram apurar quem ordenava/indicava as empresas para iniciar o processo de aquisição dos materiais? Era a coordenadora pedagógica? A equipe técnica? A secretária?** 6.2 Os procedimentos de destinação dos materiais adquiridos para a rede municipal de ensino estão adequados? Ao longo da instrução verificou-se falhas administrativas de logística nas distribuições dos materiais adquiridos. Ao tomar conhecimento, o Poder Executivo editou novas regras a fim de sanar as falhas. Ressalva-se que, no que tange a quantidade dos materiais adquiridos e deixados nos depósitos, informou a Servidora Mabel que as escolas foram consultadas sobre o interesse na aquisição (planilha anexada no SEI) e, que após, essa análise, os pedidos foram feitos acrescidos de um percentual à mais para ter uma reserva técnica. Os materiais que ainda se encontram no depósito, não foram ainda entregues às escolas, pois pertencem a coleção de 2024, e serão distribuídos no ano que se aproxima. Outra questão importante para esclarecer é que, os livros adquiridos com erros, foram imediatamente devolvidos e trocados, sem custo algum para o município. 6.3 Os procedimentos de compra de materiais estão em conformidade com a lei e normas vigentes? Ao analisar os contratos que originaram os dozes fatos investigados por estas CPIs, percebeu-se que, o empresário **Jailson Ferreira da Silva**, dono das empresas JBG3 e da WORLD SOLUÇÕES e representante comercial das empresas INCA TECNOLOGIA e ASTRAL CIENTÍFICAS está envolvido com 6 das 11 aquisições aqui investigadas. Ao longo do seu depoimento, ficou confuso, dentre as diversas empresas contratadas, quais são de propriedade do Sr. Jailson, quais ele representa, e quais ele somente fez a logística de entregas. Além do que, todas, apresentam o mesmo portfólio de vendas. Vejamos: das empresas que apresentaram orçamentos para aquisição de materiais, o Sr. Jailson tem algum envolvimento, seja como dono, como representante ou apenas distribuidor, o que por si só merece uma investigação mais detalhada. Importante observar que, referente à reunião realizada no gabinete do Prefeito com este empresário, e outras pessoas (foto divulgada e muito questionada) está CPI não conseguiu comprovar absolutamente nada. Sendo, apenas, uma reunião de divulgação de material pedagógico. **Sendo assim, a recomendação desta relatoria é para uma investigação sobre essas empresas, pois poderia haver indícios de direcionamento e fraude na coleta de orçamentos.** A oitiva da Senhora **Verônica Ribeiro Almuas**, proprietária da EMPRESA CONCEITTO, responsável pela aquisição dos Kits de robótica, gerou algumas dúvidas sobre quanto a legitimidade na contratação, visto que a depoente, não soube nem informar o tipo de licitação que a sua empresa participou. A Senhora Verônica se contradiz o tempo todo ao logo do interrogatório, vejamos: **VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Mas na época da CPI, quando ocorreram os escândalos, aí a empresa ficava em Estrela? **SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS:** Ficava. **VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** E a empresa ficava na sede de uma outra empresa naquele momento? **SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS:** Não. **VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** A senhora reconhece a família Pies. **SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS:** Sim, reconheço. **VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** E, naquela época, a sua empresa ficava na mesma sede das empresas da família Pies? **SRA. VERONICA RIBEIRO ALMUAS:** Eu acredito que sim, foi tudo feito contrato, então tem tudo registrado. **Diante de várias contradições, do depoimento confuso e suspeito, recomenda este Relator uma melhor averiguação dos fatos.** Com relação a necessidade e importância dos materiais adquiridos, principalmente após um momento pandêmico que vivíamos, faz-se necessário informar a situação da Nossa Capital nas avaliações do IDEB. O IDEB é calculado com base no aprendizado do aluno em português e matemática (prova

brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Segundo levantamento do IDEB, somente 36% dos alunos tiveram aproveitamento desejável em português e 11% em matemática. Porto Alegre por 12 anos não atende o IDEB. Para a Ex-Secretária Janaina: “Comprar 27 mil Chromebooks e dar a oportunidade para que cada aluno tenha acesso para estudar, para fazer pesquisa no seu equipamento, eu acredito que isso faz a diferença, sim, na aprendizagem dos alunos, ainda mais no momento que a gente vivia, de pandemia, onde a gente estava em isolamento”. A Servidora Mabel, declarou em seu depoimento que as aquisições foram bem importantes, visto que houve a pandemia, em que as escolas tiveram grandes perdas no ensino. Assim, como, os materiais adquiridos contemplaram programas como o ALFABETIZA+POA e RECOMPOA. A depoente Claudia em seu depoimento afirmou que as aquisições estavam de acordo com o planejamento da SMED para o ano de 2022, 2023 e 2024. Assim, não restam dúvidas da importância e da necessidade que as escolas municipais tinham de aprimorar seus materiais e, ainda, levar aos alunos a tecnologia, grande atrativo escolar nos dias de hoje. Ademais, em resposta à diligência das CPIs, a SMED informou “que não houve desperdício de dinheiro público, uma vez que todos materiais pedagógicos e equipamentos foram adquiridos de acordo com o número de alunos matriculados na rede municipal e estão diretamente imbricados nos programas estratégicos da SMED de inovação, recuperação e qualificação da aprendizagem da rede pública municipal de Porto Alegre.” Gize-se que tal informação não foi contraditada de forma contundente pelas provas colhidas, do que se considera que efetivamente a quantidade de materiais adquirida está em consonância com as necessidades da rede municipal de ensino.

7. DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS INTEMPESTIVAMENTE Conforme se verifica no processo SEI onde constam os documentos apresentados nessas CPIs, em **20.11.2023**, após a oitiva das últimas testemunhas, este Relator, despachou encerrando a instrução e informando a data da leitura e votação do presente relatório. Importante informar que, antes deste dia, o Relator esteve em uma reunião com a Vereadora Mari Pimentel, presidente de uma das CPI'S, na sala da Bancada do Partido Novo, a fim de solicitar e requerer que, se houvessem mais elementos de provas, deveriam ser juntados ao SEI até o encerramento da instrução (**20.11.2023**). Ocorre que, verificando o processo SEI, tem-se a juntada de diversos documentos realizados pela Vereadora Mari Pimentel. Documentos esses que poderiam tranquilamente terem sido anexados antes do encerramento da instrução, ainda mais por não se tratarem de fatos ou provas novas inacessíveis até o encerramento da instrução processual das CPIs, ao contrário a Vereadora utilizou esses materiais largamente durante as reuniões sem anexar aos autos das CPIs, optando pelo compartilhamento seletivo com alguns parlamentares e utilizando, inclusive, esta documentação no que chama de “Relatório Independente”, sobre o qual, é importante referir, não foi dado qualquer conhecimento formal aos membros da CPIs. Por diversas vezes, este Relator solicitou nas reuniões que todos os documentos citados por vereadores fossem anexados no SEI. A Sra. Presidente, não o fez. Na reunião do dia 31.08.2023, quando falaram das agendas do Prefeito e da Secretária Sônia, o Relator solicitou a juntada, senão vejamos: **VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL)**: Presidente, só queria solicitar aos vereadores que, quando falarem sobre algum documento, que juntem, junto ao relator, porque senão eu não tenho como depois, da parte da relatoria... que anexem os documentos. O vereador falou em *e-mails* e tal, seria importante entregar os documentos. (31.08.2023) Pedido não atendido, aliás, documentos juntados apenas após o encerramento da Instrução ([\(0657245\)](#) e [\(\(0657269\)](#)). Verifica-se nobres colegas membros desta Comissão, que a Sra. Presidente, sequer cumpriu com o prometido na reunião do dia 02.10.2023, que apresentaria os áudios. **VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO)**: Eu vou apresentar o áudio, esse áudio foi enviado para minha pessoa, então ele saiu do meu celular, ele é um áudio que depois estará anexado ao processo das duas CPIs, e já está de posse dos outros... (02.10.2023) **VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO)**: Nós estaremos anexando ao processo. (02.10.2023) Conforme

documentos (0659567 e seguintes) os referidos áudios foram anexados somente após o dia 27.11.2023, 1 semana após o encerramento da instrução. Com relação aos áudios apresentados intempestivamente o Relator, no dia em que eles foram citados, solicitou a Presidente algumas informações que não foram repassadas. vejamos: **VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO)**: Aqui estão os documentos, serão anexados à CPI, e eu acredito que a secretária tenha como explicar. (02.10.2023) **VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL)**: Só para entender, Ver.^a Mari, para a gente até poder fazer o relatório: Quem fala nesse áudio? Com quem está falando? Eu não consigo identificar as pessoas. (02.10.2023) **VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL)**: Mas, vereadora, eu não consigo identificar quem são as pessoas que estão falando no áudio, quando foi, nem data desse áudio. Então, para que eu possa colocar no relatório, tem que saber quem está falando, quem mandou, quem são as pessoas que estão falando. (02.10.2023) **VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL)**: Sim, mas eu não reconheço as vozes das pessoas. A senhora tem que identificar quem são. Isso não precisa ser agora, porque senão fica difícil eu fazer um relatório em cima de um áudio que eu não sei de quem é. (02.10.2023) **VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO)**: Relator, nós estaremos anexando... **VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO)**: Sim, está sendo anexado. Mais uma vez, apesar dos constantes pedidos deste Relator, a Presidente Mari Pimentel não anexou as provas aos autos, os quais foram anexados somente uma semana após o término da instrução. **Pergunto: Com qual intuito? Por que não apresentar as provas durante a instrução das CPIs? Por que não publicizar os elementos de provas a todos os membros das CPIs?** Todos os membros das CPIs são imbuídos do poder de julgamento, pois agem como juízes. Se não for oportunizada a cada membro a análise de documentos e a discussão delas em plenário, não será possível aceitar que após o encerramento da instrução novos documentos sejam anexados e valorados pelo Relatório Final. Outro fato importante e gravíssimo são os documentos apresentados intempestivamente, conversas de whats e gravação de conversas totalmente unilaterais, sem qualquer indicação de fidedignidade, e que podem ter sido alterados ou tirados do contexto da conversa. Ademais, não bastassem as provas juntadas além de extemporâneas e não virem acompanhadas de qualquer comprovação técnica de veracidade, há de se lembrar que a suposta interlocutora da Vereadora Mari Pimentel nas conversas e áudios, ex-servidora da SMED Mabel, a desautorizou por vídeo e declaração escrita expressamente quanto ao uso de tais provas e, igualmente, colocou em dúvida o próprio conteúdo dos áudios e conversas, tornando tais provas altamente duvidosas para a formação de um convencimento minimamente hígido. Não só o Relator, mas outros vereadores solicitaram a juntada desses documentos e informações de como que elas foram adquiridas, e, mais uma vez, a Presidente Vereadora Mari Pimentel não informou. **VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD)**: E não está em posse nossa, para sabermos, para nós também, quem quebrou essa quebra de sigilo, como chegou até a senhora e não chegou a nós, só isso que eu quero saber. (16.10.2023) **VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL)**: Só para nós entendermos essa folha que foi juntada aqui pela Ver.^a Mari: a senhora quer juntar esse documento aos autos? (16.10.2023) **VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO)**: Exatamente, nós vamos anexar esse documento à CPI. (16.10.2023) Ademais, são documentos que os membros das Comissões não tiveram acesso, não puderam analisar para formar o juízo de valor. Bem como não puderam utilizar para fazer perguntas às testemunhas. Sendo assim, este Relator após 120 dias de trabalhos semanais analisando e estudando os fatos e provas da CPI, conclui que a intenção da Nobre Presidente Vereadora Mari Pimentel é **EXCLUSIVAMENTE** eleitoreira, agindo de má-fé, pois, se assim não fosse, teria apresentado “provas” a todos os membros a fim de uma maior transparência e efetividade na análise procedimental. A questão é tão eleitoreira, visando apenas as eleições de 2024, pouco importando para a realidade e prova dos fatos, que mesmo antes do prazo, apresentou para a **MÍDIA** o seu relatório, que digamos, parece mais um material midiático. Ora nobre colegas, membros dessas

Comissões, foi um desrespeito com esse Relator e com todos os membros a forma como a Sra. Mari Pimentel se posicionou frente a Presidência dos trabalhos, desde o início, diga-se de passagem, infringindo o Regimento Interno da Casa, descumprindo normas, desrespeitando vereadores e agora ESCONDENDO documentos. **Isto é lamentável.** Assim, em face do Princípio do Contraditório e da Ampla defesa, bem como do devido processo legal, este Relator não examinou os documentos apresentadas após o encerramento da instrução desta CPI. **8. DA CONCLUSÃO** Em exaustivo exame do acervo indiciário colacionado nas reuniões das CPIs, que de forma isenta e transparente promoveu investigações, e tendo em vista que as presentes CPIs tem a função altamente fiscalizadora do Poder Legislativo, as Comissões Parlamentares de Inquérito recomendam: 8.1 Que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por meio da Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria, instaure procedimento administrativo específico para apurar possíveis irregularidades nas contratações objeto destas CPIs pela SMED, especialmente aquelas conduzidas por intermédio do empresário Jaílson Ferreira, na condição de proprietário, representante ou distribuidor, bem como da empresa Conceitto, de propriedade da Sra. Verônica Ribeiro Almuas; 8.2 Que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre instaure procedimento interno para apurar responsabilidades nas falhas de gestão identificadas por estas CPIs, notadamente aquelas relacionadas aos problemas de distribuição dos materiais adquiridos e à falta de condições estruturais dos equipamentos públicos da SMED para o uso do aparato tecnológico comprado; 8.3 Que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre institua Grupo de Trabalho, ou outra estrutura administrativamente adequada, para realização de uma análise minuciosa dos processos de compras instituídos a fim de aprimorar os fluxos realizados na SMED, visando evitar que situações como as apontadas no presente Relatório voltem a se repetir; 8.4 Que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre organize força tarefa para promover melhorias estruturais, especialmente arquitetônicas, elétricas e de mobiliário, nas escolas da rede pública municipal, permitindo que todas possam disponibilizar aos seus alunos em atividades pedagógicas os materiais didáticos comprados; 8.5 Que a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre estabeleça cronograma com um fluxo organizado para entrega dos materiais adquiridos, priorizando o atendimento às escolas, a fim de que as mesmas não tenham surpresas, como ocorreu; 8.6 A remessa do presente Relatório aos órgãos de controle para o devido conhecimento e providências que entenderem cabíveis. Diante de todo o exposto, as Comissões Parlamentares de Inquérito da Câmara Municipal de Porto Alegre, formadas pelos nobres vereadores, consideram que, após árduo trabalho, cumpriram a sua função precípua de investigar por intermédio de documentos apurados pelos integrantes das CPIs, respeitando os princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa dos investigados, prestigiando o Estado Democrático de Direito. É o relatório. Porto Alegre, 04 de dezembro de 2023. Mauro Roberto Pinheiro Relator das Comissões Parlamentares de Inquérito.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Sr. Relator Mauro Pinheiro. Nós vamos colocar em votação o relatório lido até agora. Vamos fazer a votação, depois...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não, não...

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu gostaria de fazer um requerimento...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Depois da votação...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Presidente...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Podemos fazer depois da votação. Se for aprovado...

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu gostaria de fazer um requerimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Requerimento sobre?

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (Requerimento) (PCdoB): Eu já havia manifestado aqui deste microfone de apartes sobre o meu desacordo com a apresentação desse relatório 20 minutos após o início desta sessão da comissão, o que prejudica o trabalho sério dos membros. E falo aqui enquanto membro desta CPI. Eu tenho um conjunto de destaques...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Isso aqui é um trabalho sério, vereador.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (Requerimento) (PCdoB): Para concluir a minha questão e o meu raciocínio, Presidente, eu tenho uma série de destaques, eu tenho uma série de questionamentos ao relator que produziu o relatório e eu tenho um conjunto de debates que quero fazer com os demais membros desta comissão. Então, além da necessidade de debate, de encaminhamento, eu gostaria que nós pudéssemos ter outro momento para a votação. E este é um requerimento que eu gostaria que fosse votado. Gostaria que fosse votado o meu requerimento para que a votação seja feita em uma

sessão convocada por esta CPI – extraordinária – para votação. E que seja assegurado aqui o direito de destaque, que eu fiz questão de anotar – eu tenho oito destaques –, além de questionamentos ao relator e um debate que eu quero fazer. Então, que hoje se garanta o encaminhamento e o debate, e que nós tenhamos uma sessão extraordinária para votação. Esse é o meu requerimento que eu gostaria que fosse votado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vamos votar o seu requerimento, sem dúvida nenhuma.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, eu gostaria que V. Exa. consultasse a DL, a Diretoria Legislativa, porque é regimental, após a leitura do relatório, o encaminhamento ou manifestação. Depois, a votação, que pode até haver a declaração de voto. Então, nesse sentido eu me inscrevo para encaminhar o relatório.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Sim.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Cecchim, Presidente Mari Pimentel, eu gostaria de me apoiar... Guilherme, é no artigo 48, não é?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Tem dois temas que eu gostaria de ter a consulta do diretor legislativo, do procurador... Tenho dois temas para tratar, vou esperar o Presidente Cecchim e o diretor Luiz Afonso e o...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Exatamente. Não, o direito de debate, eu sei que é um direito sagrado. Então, o direito de debate é inevitável

aqui porque é regimental, e eu estou vendo que a Mesa está discutindo sobre isso, é um direito elementar.

(Manifestações sobrepostas fora do microfone. Ininteligíveis)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Já estou vendo que o relator, o Presidente, consultando o diretor legislativo, já reconhecem que o direito de debate é sacramentado. Então, a isso nós temos esse direito, perfeito, menos um problema, pelo menos podemos debater. Mas eu também gostaria que o Regimento fosse cumprido, e embora o Presidente Idenir Cecchim não tenha respondido a minha indagação sobre onde estava escrito que não se poderia votar dois relatórios, porque nós temos dois relatórios...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Só tem um relator, como é que vão votar dois relatórios?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, exatamente, é que no Regimento Interno, quando se trata de CPI, o assunto está omissa; quando o assunto é omissa na Comissão Parlamentar de Inquérito, no Regimento, por analogia, se consulta como funcionam as comissões permanentes, e imagino que tenha sido isso que o procurador fez para dar o parecer que orientou a presidência...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): No caso, a reunião conjunta é um parecer só para todas as comissões. Não é assim quando se faz conjunta.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Se é o parecer...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): E, por analogia, o senhor viu que não deu certo quando foi o seu caso julgado. Não dá para ser por analogia.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Idenir Cecchim, eu estou colocando como que funciona. Então, obviamente é assim que funciona.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Como o senhor gostaria que funcionasse.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): É assim que funciona, eu estou dizendo. O que o senhor não fez, que era explicar para os vereadores em que base o senhor estava sustentando a sua argumentação de não aceitar a votação de dois relatórios, eu estou mostrando o que orientou o procurador, que é quem orientou o senhor inclusive. Eu sei disso. Então, eu estou dizendo isso por quê? Porque o funcionamento das comissões, no art. 40, ele define que, quando o relator apresenta o seu relatório, a votação é na sessão seguinte. Isso está no § 5º do art. 48 do nosso Regimento Interno, e o Regimento Interno tem que ser cumprido. Isso é um ponto, portanto... Mas eu queria agregar para a Presidente Mari Pimentel, que é Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo em vista que eu, embora a gente tenha que sempre se esforçar para acreditar que a gente consiga dialogar, mas eu, pela sua conduta, estou vendo que o senhor jamais iria aceitar algo que eu quero pedir para a Presidente Mari Pimentel, que eu acho que está conduzindo...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Sempre aceito a legalidade; invenção, não aceitarei.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, é absolutamente legal, é absolutamente legal. Na Câmara funciona o pedido de vista, e o pedido de vista um Presidente pode dar de até 24 horas. Eu achava que o Presidente Cecchim iria me dar 5 minutos. Como eu não quero 5 minutos, eu estou pedindo vista para a Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, e é à Presidente que compete decidir sobre isso, o prazo de 24 horas, para que nós possamos estudar os relatórios, dar publicidade aos relatórios, fazer a sociedade conhecer a vergonha desse relatório que foi lido, para que a gente possa, pelo menos, fazer

uma luta pela democracia na Câmara dos Vereadores. Muito obrigado, é o meu pedido de vista por 24 horas.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador, vergonha é o senhor não ter sido indicado e querer ser relator, isso sim é uma vergonha. Então, o senhor respeite os vereadores, aqui ninguém é moleque. O senhor respeite os vereadores e respeite o relator único, foi um único, o senhor não coube como relator aqui.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O senhor só tem que comandar, o senhor não precisa ofender, como faz o tempo inteiro com a Mari Pimentel ou que tenta fazer comigo.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): É o que estou fazendo. Aqui não tem o Regimento para o Robaina!

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Porque, se eu for para o seu nível, nós vamos para o nível do lixo! Se eu for para o seu nível, nós vamos baixar muito o nível aqui, e eu não quero baixar o nível, eu não quero atuar como o senhor...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor sempre abaixa o nível quando fala, o senhor nunca tem razão.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O senhor trate de fazer a sua função, o senhor é Presidente, o senhor não pode ser um desrespeitador.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não vou ficar ouvindo bobagem de um vereador que só fala bobagem!

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ninguém tem medo do senhor, ninguém tem medo do senhor! Esse é o seu problema, o senhor não está

tratando com quem tem medo do senhor. Então, o senhor pare de envergonhar a Câmara com seu comportamento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quem envergonha é o senhor. Quem não se olha, pela sua régua.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Presidente, eu acredito que o senhor consiga adquirir um tom imparcial para dar condução no resto do trabalho. A gente pode acalmar uns minutos? Porque não tem o porquê de a gente entrar nesse debate neste momento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ainda bem que a senhora...Fale para...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Em nenhum momento, quando tem todos os ataques que vocês fazem comigo, eu perco a compostura, grito...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem, nós vamos votar o pedido do Ver. Giovani Culau para que seja nova data? Isso não existe...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Existe um pedido de vistas pelo Ver. Roberto Robaina.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Diretor legislativo? Vamos fazer o que está dentro da lei. Vou consultar o diretor legislativo.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, eu gostaria de responder à solicitação de vistas.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora ainda não está presidindo esta reunião.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Como eu não estou presidindo?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ainda não, ainda não.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Nós não temos uma reunião conjunta onde ambos estão presidindo?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Conjunta, e nós fizemos alternado: um dia, um; outro dia, outro que vota. A senhora votou na última.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não existe essa regra que o senhor está fazendo.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O diretor legislativo solicita dois minutos... Suspendo a sessão por dois minutos até que o diretor legislativo... Aqui não tem radicalismo!

(Suspende-se a reunião às 12h29min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): (12h58min) A sessão está reaberta. Se não tiver ninguém inscrito, nós vamos votar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Mauro Pinheiro, nós temos vista concedida, e os vereadores precisam...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Nós só temos um inscrito que é o Ver. Tiago Albrecht, que tem 5 minutos na tribuna.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Foi concedido vista. Os vereadores que não quiserem debater amanhã às 8 horas da manhã não precisam.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Se não quiser, não precisa mais votar. Nós temos mais 40 minutos de discussão, se ninguém se inscrever, eu vou encerrar a discussão.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não tem vistas? Já foi dada, eu já dei aqui, foi acordado. Está no microfone.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente, nós consensuamos aqui que teria vista, não seria de 24 horas, mas seria até as 8 horas da manhã, 20 horas. Eu acho um tempo razoável para ler os relatórios, para debater. Bem, eu não vou me inscrever hoje, justamente porque eu fiz o pedido de vista. Então, a gente tem que definir: teve ou não teve vista? Porque, se teve vista, eu quero falar amanhã, porque eu só participo de uma comissão. Então, eu só...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Pode falar amanhã, mas vamos fazer a inscrição aqui de quem vai falar.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ah, eu posso me inscrever hoje, mas vou falar amanhã. É lógico que eu vou falar. O que eu quero é falar a partir da leitura atenta.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor é o segundo inscrito. Quem mais?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sem nenhum problema, amanhã...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Nós temos o Ver. Robaina, Oliboni. O Tiago é o primeiro.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): E aí podemos consensuar que hoje encerra e amanhã retomamos?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Oliboni. As inscrições são feitas hoje, tá? O Giovani também? Giovani inscrito.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Tudo bem, se todo mundo... Eu acho que igual, nas inscrições, seria útil, Presidente Cecchim, alternar para que também os representantes do governo pudessem falar, a não ser que eles abram mão de falar.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Se quiserem. Não estão se inscrevendo.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, não tem problema. Se não se inscreverem, eu estou contemplado que não falem.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Jonas. Jonas está inscrito?

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente, eu quero a minha inscrição para o debate para amanhã.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ok! Biga já está?

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, eu só quero reiterar...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Amanhã.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Amanhã? Então tá bom. Obrigado, Presidente. Mas amanhã vai reabrir, então, a discussão?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): As inscrições serão hoje.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Inscrições hoje, o debate amanhã e posterior votação? Ok! Obrigado.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Eu me inscrevo também, Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver.^a Mari. Amanhã, todo mundo com cinco minutos. Ninguém mais se inscreve para amanhã?

VEREADOR JONAS REIS (PT): É só inscrever todo mundo, amanhã, quem não quiser...

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não, não, não.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, eu concordo que sejam hoje as inscrições.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Se os vereadores da base não querem se inscrever...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, mas é que a gente...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Nádia se inscreve.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, a Ver.^a Cláudia disse que não quer falar, o que eu acho ótimo.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não, a Ver.^a Nádia.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): E a Ver.^a Nádia, se não falar, eu acho ótimo também. Ela tem direito de não falar. Ela tem direito de não falar. Ah, está se inscrevendo. *Ok!*

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem. Só a Ver.^a Nádia? Está bem assim. *Ok!* Temos inscritos: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. Cinquenta minutos se todos... Tem que cumprir o tempo.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Mauro Pinheiro, o senhor pode ler o nome de todos que estão inscritos? Para a gente confirmar aqui, porque, quando eu faço a chamada, os vereadores reclamam. Então, a gente pode...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Moisés... Desculpa, Ver. Mauro Pinheiro, além do Ver. Moisés, qual outro vereador da base o senhor inscreveu?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Nádia.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Mas o que interessa?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não, é que o senhor Mauro está inscrevendo aqui inúmeros nomes.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Além do Moisés, o vereador está inscrevendo o seu nome e mais outros nomes. A gente queria saber quais são os nomes.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Tiago está inscrito; o Ver. Robaina; Oliboni; Giovani; Biga; Mari; Nádia; Moisés; José Freitas; Mauro Pinheiro; Jonas Reis; Fernanda e Cecchim. Mais alguém se inscreve?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está suspensa a reunião hoje, e amanhã pela manhã essa discussão e a votação.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 12h59min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): (8h48min do dia 5 de dezembro de 2023.) Bom dia, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Vamos dar sequência à reunião de ontem. Está reaberta a nossa reunião para continuarmos a de ontem, a qual suspendemos por acordo. Convido o relator. A Presidente Mari se encontra? Não há necessidade de fazermos a chamada porque é continuação da reunião de ontem. O Sr. Relator tem a lista dos vereadores inscritos. Primeiro vereador: Ver. Tiago Albrecht.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito bom-dia, Sr. Presidente Cecchim, Sra. Presidente Mari Pimentel, Sr. Relator Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores componentes das CPIs, público em geral, especialmente pelas redes sociais, pelo canal da Câmara. Esta CPI ou esse processo de CPI que hoje haverá o seu deslinde, vamos encerrá-la hoje, Ver. José Freitas, ela apontou diversas nuances e diversos ingredientes que dariam para se fazer um livro. A própria existência de duas CPIs faz com que Porto Alegre tenha entrado para os anais da história, talvez não da melhor forma possível, e talvez não fosse o famigerado dia do patriota, estaríamos ainda fazendo sessões díspares, uma num dia, outra no outro, e a partir daquele momento a Câmara precisou se unir para que não passasse mais nenhum tipo de constrangimento.

Sobre os relatórios, eu confesso que fiquei surpreso com o relatório oficial do Ver. Mauro, mas fiquei surpreso de uma forma negativa. Achei um relatório muito simplificado, achei um relatório muito pouco técnico, e a conclusão do relatório do Ver. Mauro me parece, ela mesma, se autocontradizer com que ele, Ver. Mauro, como relator, pede de encaminhamentos. O Ver. Mauro pergunta “Com qual intuito?”, “Por que não apresentar provas?”, “Por que não publicizar?”, “sendo assim, pá-pá-pá, a questão é tão eleitoreira, visando as eleições, pouco importando para a realidade a prova dos fatos...”, “Ora, nobres colegas, isso é lamentável”, “A senhora Mari Pimentel se posicionou frente à presidência”, “Princípio contraditório de ampla defesa...” Bom, o relator se preocupa em desacreditar o trabalho de uma parlamentar, mas, na conclusão, ele faz uma série de encaminhamentos que, se não fosse o trabalho da parlamentar, talvez sequer teríamos ido para frente. Então, como é que pode o relator, no relatório, com o perdão da redundância, dizer que é eleitoreiro, que é caça-votos, é lamentável, e depois ele coloca seis ações dizendo que “tem a função altamente fiscalizadora”. Então me parece, além de um relatório – e eu quero usar os adjetivos mais fidalgos possíveis – simples, simplificado, de pouca exaustão, Ver. Mauro, nesse relatório V. Exa. tece comentários políticos sobre uma das presidentes, e, em seguida, V. Exa. recomenda exatamente aquilo que o trabalho de Mari Pimentel ensinou a esta Casa. Meu tempo está chegando ao fim, Presidentes, e o relatório proposto, paralelo... e veja, desde o começo se sabe que um relatório paralelo se pode apresentar, o relatório paralelo não precisa ser votado pelo colegiado, é um relatório técnico, exaustivo, feito por profissionais da nossa bancada, do gabinete da vereadora. Eu não vou ligar os pontos como fez Mari Pimentel aqui, porque eu confesso que ainda faltam alguns elementos probatórios, espero que o Ministério Público e que a polícia possam fazê-lo. Ver.^a Mari dá um passo que eu não dou, no seu relatório, mas repito: cento e trinta e tantas páginas, o bê-á-bá. Inclusive eu conversava com vereadores da base, dizendo: “Olha, até um organograma, como é que era o fluxo do suposto cartel”. Então, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu realmente acho que o relatório do relator é muito simples, muito pouca exaustão, faz críticas à Presidente, o que não é costumeiro, e ato seguinte sugere que se faça exatamente aquilo que se

está propondo, aí, sim, nesse relatório mais robusto. Então, na discussão da matéria, não haverá como eu votar “sim” ao relatório oficial, ainda que não dou o passo que a Ver.^a Mari dá ao afirmar sobre cartéis, crimes, porque ainda faltam conjuntos probatórios. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Tiago Albrecht; próximo inscrito, o Ver. Robaina.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bem, então, primeiro, sobre o relatório do Ver. Mauro Pinheiro, eu vou ler basicamente as definições que eu tenho sobre o relatório. O relatório, em sua conclusão, e eu acho que são importantes as conclusões, eu concordo com a intervenção do Ver. Tiago sobre a fragilidade do relatório, e depois me espanta e, realmente, eu acho muito grave a parte política do relatório, porque é evidente que o relator Mauro Pinheiro não só fez uma defesa do governo, mas também um ataque absolutamente injustificado à Presidente da CPI, a Presidente da CPI que realmente buscou investigar. O relatório, em sua conclusão, apresenta as seguintes omissões quanto a fatos relevantes apurados pela CPI, insisto, dirigida pela Ver.^a Mari Pimentel. Porque nós tivemos duas CPIs; depois tivemos que unificar as CPIs, porque o governo evidentemente atuou, a partir da sua maioria, para obstruir os trabalhos, para sabotar os trabalhos. Apesar disso, conseguiu-se chegar a conclusões muito pesadas, que são expressas na proposta de relatório apresentada pela Ver.^a Mari Pimentel, o oposto do que foi o relatório do Mauro Pinheiro, que foi um relatório realmente sem consistência alguma. Ponto 1: nada manifesta, no relatório do Mauro Pinheiro, a respeito do fato de que eram sempre as mesmas empresas que apresentavam orçamentos nas adesões a atas para contratação das empresas – eram Inca, Astral, Sùdù – e com o evidente objetivo de esquentar as condições da contratação. O relatório do Mauro Pinheiro não fala disso, que ficou evidente na investigação da CPI. Ponto 2: nada manifesta a respeito do fato de que as referidas empresas faziam parte do mesmo grupo, tampouco a respeito do fato de que agentes da equipe do governo direcionavam as pesquisas de mercado para que a contratação fosse justificada com base em

orçamentos ofertados por empresas do mesmo grupo. Ponto 3: nada manifesta a respeito do fato de que as contratações não eram precedidas de estudos técnicos, iniciando-se já pela escolha obscura, e agora esclarecida pela CPI, dos fornecedores. Ponto 4: nada manifesta a respeito do fato de que as justificativas apresentadas para as contratações, nos processos investigados em pedido de informações da comissão da Câmara Municipal e na própria resposta do prefeito à CPI, repetiam os exatos termos de peças publicitárias dos contratados, de modo que a justificativa para a escolha do contratado não era a conclusão técnica da administração, mas, sim, a opinião do fornecedor sobre o seu próprio produto. Isso a gente viu também em um evidente conluio nesse caso. Todos esses elementos deixam claro a prática de atos de improbidade administrativa e de ilícitos criminais em matéria licitatória no âmbito da Secretaria de Educação. E todos esses elementos foram solenemente ignorados no relatório do Ver. Mauro Pinheiro. Eu acredito, Presidente Mari Pimentel, vereadores e vereadoras, que apesar do constante boicote, sabotagem, obstrução do governo, nós conseguimos a partir das oitivas, a partir da documentação, juntar um material muito rico, muito consistente, que vai servir ao Ministério Público, e eu não tenho a menor dúvida, também vai servir para a Polícia Civil. Vai servir para a Polícia Civil! Não é possível que um cartel organizado na Secretaria de Educação não seja objeto de investigação da Polícia Civil, e eu estou convencido de que isso vai ocorrer. Então, a Comissão Parlamentar de Inquérito, apesar dessa sabotagem, conseguiu realizar um bom trabalho. E eu me refiro evidentemente à comissão que nós constituímos, não a comissão que o Presidente Idenir Cecchim, líder do governo, constituiu, que foi para evitar a investigação. Apesar disso se conseguiu. O relatório que a Ver.^a Mari Pimentel apresentou é consistente, e eu não tenho a menor dúvida de que o Ministério Público vai seguir a investigação e a Polícia Civil também vai tomar providências. Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso presidente da comissão, Ver. Cecchim, Ver.^a Mari, os dois presidentes, um de cada comissão, é claro, relator Ver. Mauro, colegas vereadores, vereadoras e os cidadãos que estão nos acompanhando. Nós estamos aqui no final de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que foi muito divulgada pela imprensa. Na ocasião em que a oposição toma a iniciativa de apoiar uma sugestão da própria Ver.^a Mari Pimentel de constituir uma comissão na Câmara de Vereadores para investigar essas possíveis denúncias relatadas muito na imprensa, três ou quatro meses atrás. Naquela ocasião, a Ver.^a Mari recebe o apoio da oposição para ter os 12 vereadores para constituir a CPI e o governo municipal se antecipa e apresenta também uma iniciativa de comissão parlamentar, e surgem duas comissões parlamentares. Depois de 30 dias, por forte pressão, inclusive, da imprensa, os membros das duas CPIs decidem juntar as duas comissões, tanto as agendas externas como as oitivas acontecem junto com as duas comissões. Lamentável, uma vez que o governo não aceita uma iniciativa da oposição, tenta implementar uma outra comissão parlamentar como protagonista e para ter a maioria dentro das próprias duas comissões. Por isso eu considero, infelizmente, que eram e se tornaram naquele momento, as duas, chapa branca, porque o governo municipal tem e passa a ter maioria nas duas comissões. E vem agora o casamento de tudo isso, quando o próprio relator faz um relatório ficando, vamos dizer assim, defendendo a base do governo. Por isso, dentro dos fatos apresentados, com as oitivas e o que nós percebemos, esse relatório não condiz com a verdade e com os fatos que aconteceram ao longo desse processo de aquisição dos materiais, e que esse processo de aquisição de materiais não foram poucos, foram diversas aquisições de materiais e praticamente não tiveram licitação, mas, sim, foi por adesão de uma ata que nem sequer foi do Município de Porto Alegre, que foi aquisição com possível sobrepreço de 25 mil Chromebooks, custando R\$ 49.600.000,00; aquisição, sem licitação, de 368.735 livros da empresa Inca Tecnologia, valendo R\$ 21.504.000,00; aquisição, sem licitação, de 42.397 livros da empresa Mind Lab do Brasil, custando R\$ 14.446.000,00; aquisição, sem licitação, de 103.610 livros da empresa Súdú, custando R\$ 8.614.000,00; aquisição, sem licitação, de 400 mesas digitais

interativas, custando R\$ 10.461.000,00; e poderia ir citando inúmeras aquisições, sem licitação.

Acontece que o relatório apresentado, presidenta Ver.^a Mari, pelo atual relator, Ver. Mauro Pinheiro, assumiu a tese do governo municipal de que os problemas ocorridos são decorrentes de falhas de gestão e logística, deixando de se pronunciar sobre se houve ou não sobrepreço nas compras de materiais, bem como a ocorrência de cartel ou de combinação entre as empresas participantes da licitação, da compra sem licitação, e das diversas compras apontadas. Ao analisar os contratos com participação das empresas Inca, Sùdù e Astral, com a participação destacada, inclusive, do Sr. Jailson Ferreira da Silva ouvido aqui na CPI, como também do Sr. Sergio Bento de Araujo, o relator apontou apenas por indicar que a Prefeitura instaure procedimento administrativo para averiguar possíveis irregularidades. Entretanto, optou ou esqueceu de citar que a ex-secretária a Sônia Rosa também deveria ser investigada, inclusive por suas relações com o mesmo grupo de empresas e pessoas quando no exercício do cargo de secretária municipal de Educação na prefeitura de Canoas. Ao tratar das aquisições por Ata de Registro de Preços – ARP, o relator preferiu analisar a legalidade ou não de tal expediente administrativo, o que não estava em debate na CPI, por ser um instrumento previsto nos procedimentos licitatórios. Os problemas levantados e apontados diziam respeito à possível direcionamento em busca de Atas de Registro de Preços que contemplassem a aquisição das empresas citadas, e por sempre serem consultadas as mesmas empresas para aferir se as condições estavam adequadas ao mercado. Ora, percebe que o relatório não questiona inclusive o fato de durante a gestão da ex-secretária Sônia ter havido adesão a uma determinada ARP, à qual a mesma já tinha aderido quando de sua gestão em Canoas. Então, se isso aconteceu, por que esta preferência? E aí, nobre Presidente, eu queria citar que nós ouvimos aqui várias pessoas que foram ouvidas dentro desta CPI, e a Sra. Anelise Tolotti Dias Nardino disse o seguinte: “A Michele pede então que a gente dê início, então, eu tenho o projeto que é esse da biblioteca Aventura na Leitura, da Inca, o projeto Empreendedorismo, e o outro é o de Educação Financeira.” E ela fala o seguinte: “Quando eu coloco então para Michele isso, da minha insegurança de fazer

esses projetos, ela disse: ‘Copia do SAEB, copia da SAEB’”. Quem é que disse para ela? A Patrícia. A Patrícia era orientada por quem? Pela coordenadora pedagógica Michele. E a Michele vinha de onde? Do gabinete do prefeito; portanto, há aqui uma séria confusão do relator em dizer que isso era apenas uma questão de gestão. E lá no final do seu relatório ele diz o seguinte, além de encaminhar e sugerir algumas questões para a Prefeitura, ele diz o seguinte: A mesma do presente relatório, sugiro o encaminhamento ao controle, a conhecimento dos órgãos de controle. Mas não diz quais os órgãos de controle; tem que ser Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Ministério Público de Contas, Tribunal do Estado; por isso, achamos que esse relatório não condiz com a realidade que nós percebemos e que, de fato, tem inúmeras falhas; obviamente vamos nos posicionar contrariamente, à medida que ele não se detém ao conteúdo e ao indiciamento, claro para nós, de inúmeras pessoas que ora aqui fizeram depoimento na Câmara. Muito obrigado.

(A Ver.^a Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada; passo a palavra para o Ver. Giovani Culau ou a Ver.^a Biga primeiro?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver.^a Comandante Nádia, a senhora não precisa gritar, eu estou conduzindo aqui.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora gostaria de se acalmar? Obrigada, Ver.^a Comandante Nádia – não é fácil fazer um papelão, não é?

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ontem, quando saí desta CPI, tive a intervenção de algumas pessoas que me perguntavam se todos aqui já tinham

dado a sua sugestão do sabor da pizza. Eu acho muito triste, eu acho muito triste quando...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu acho muito triste quando nós estamos numa casa em que cada um de nós foi eleito para estar aqui. A CPI é um instrumento da minoria, é um instrumento da oposição; inusitadamente aqui nós tivemos duas CPIs; num esforço, conseguimos juntá-las e fazer uma vez por semana. O relatório do qual ontem nós tomamos conhecimento quando chegamos ao plenário e, após ouvir a leitura, nós podíamos, aqui, neste momento, cumprimentar o nosso setor de taquigrafia, porque o relatório foi um Ctrl+C e Ctrl+V. Foi esse o relatório. Um relatório com pouco conteúdo técnico, extremamente contraditório e que fez uma reprodução das oitivas, sem conclusão. Apresenta o que foi falado, mas, e daí, conclui o quê? Não, não apresenta, sem nenhuma contextualização. Isso me entristece. Isso não me dá o direito de minimizar esta situação. Nós ficamos 120 dias debruçados, debruçadas, em cima desse tema, com grandes dificuldades, grandes dificuldades. Aqui, nós tivemos, e já foi dito, obstrução, tentativa de obstrução, de esvaziamento, de rebaixamento do debate político, de gritarias que, por vezes, quando a gente está falando, além de não dar ouvidos, ficam na provocação. Foram momentos tensos para quem é sério, para quem levou com seriedade o debate sobre a educação de uma cidade como Porto Alegre, sobre valores gigantes que foram gastos sem o menor critério, sem planejamento. Foi uma tática do governo, aliás, a tática do faz de conta é recorrente, não é? Então, vamos fazer de conta que não aconteceu nenhuma irregularidade, que, no máximo, como diz o Sr. Sebastião, no máximo, é um problema de logística – o Simpa está aqui, não é? – ou está no andar de baixo, ou seja, vamos culpabilizar as diretoras, as professoras; não no andar de cima. Ignoraram-se os indícios apresentados, inclusive nas oitivas. Qual é a conclusão a que a gente pode chegar, portanto, ao final de tantos dias de CPI? A famosa foto, a famosa agenda, uma agenda que não se sabe quem chamou, porque não está na

agenda do Sr. Prefeito, e uma foto que não consta no banco de dados das fotos da Prefeitura. Quer dizer, no mínimo, estranho. Uma agenda em que o prefeito participa, o procurador, a secretária de Educação, participa o vereador, filho do prefeito, e o vereador cassado. E essa foto não está no banco de imagens da Prefeitura, e essa agenda não consta na agenda do Sr. Prefeito. E toda as oitivas que nós tivemos, ninguém soube dizer “mas vem cá, quem chamou esta reunião?”; “quem construiu esta agenda?”; “quem lhe convidou?”; “o que decidi esta agenda?”. Isso a CPI não conseguiu definir. Aí nós tivemos, entre tantas oitivas, com todo respeito, mas uma das oitivas chegou a ser deprimente, a da Sra. Veronica. Está incomodado, meu querido? Não está incomodado, não é? Vamos lá.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): A sua assessoria está lhe informando que eu estou incomodando. Vamos lá, para concluir, Sra. Presidente, a publicidade foi feita pelo Sr. Jailson, e só então ela passa a existir na vida real, não é? Até então... Eu, que vivi na clandestinidade, sei o que é ter alguma coisa clandestina exposta. Mas vamos lá. A publicidade foi feita pelo Sr. Jailson, e o relatório, portanto, Ver. Mauro Pinheiro, é cheio de contradição, é parcial, é um grande faz de conta. Nós não tivemos, Sra. Presidente, os nossos requerimentos aprovados nesta CPI, nós não tivemos respostas. A Sra. Veronica, aqui, foi deprimente a sua oitiva, mas ela deixou muito claro o que é uma laranja, ela deixa claro o que é ser uma laranja. A Mabel deixa claro que a pesquisa foi feita no Google; quer dizer, tu tens uma lei, a Lei nº 8.666, que elenca quando tu assinas atas de pregão; quando tu assinas, tu tens todo um ritual legal a ser seguido. Nesse caso, foi uma pesquisa no Google; dá um Google e resolveu a questão.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu concluo dizendo que o meu amor está em casa. Aqui eu não sou amor de ninguém, aqui eu não tenho relações afetivas. As minhas relações são políticas. Giovani, eu te amo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Muito bem. Os problemas, portanto, vão muito além da margem do questionamento sobre a lisura deste processo. A Prefeitura tinha um prazo para adquirir os materiais e ela podia ter feito na licitação. Ela optou por esta adesão e fica claro que houve cartel, fica claro que tem superfaturamento, fica muito claro que o prefeito é quem mandou fazer isso tudo. Muito obrigada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereadora. Ver.^a Comandante Nádia, a senhora gostaria de ocupar a tribuna e falar? Pode falar 10 minutos, 20 minutos. Não, a senhora tem o seu momento de fala. Ver.^a Comandante Nádia, a senhora...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Questão de ordem, questão de ordem. A senhora me autoriza questão de ordem?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Pode falar em questão de ordem.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada. Foi combinado ontem, e eu acho que combinação é o primeiro dos princípios da honra e da ética de um ser humano. Eram 5 minutos para cada vereador. A senhora está com... Eu posso terminar?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora já falou.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não, não terminei ainda.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Se a senhora quer debater, a senhora vai...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Eu quero uma questão de ordem para lhe lembrar...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver.^a Comandante Nádia, espera aí...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A senhora está aqui encerrando a minha fala...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver.^a Comandante Nádia, se você não teve a dignidade de ouvir a sua colega sem atrapalhá-la no seu raciocínio...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não, querida...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): ...eu que eu tive que dar tempo porque a Ver.^a Biga, no mínimo, precisa do nosso respeito, independentemente de você concordar ideologicamente.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A senhora tem que respeitar...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E a senhora e o Ver. Idenir Cecchim pareciam crianças aqui no plenário...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Nós estávamos conversando, não podemos conversar?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Pareciam crianças.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): ...eu não sou seu filho. Eu não sou seu filho.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então o senhor, na próxima vez, respeite. Ouçam os vereadores, não gritem com os vereadores, não fiquem fazendo piada com os vereadores enquanto eles estão na tribuna...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não terminei minha questão de ordem ainda.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, eu entendo que é importante vocês entenderem o respeito. Ele dever ser mútuo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Estou aguardando a senhora terminar de falar, Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver.^a Comandante Nádia, se restrinja à questão de ordem. Se você quer debater qualquer mérito, a tribuna está lá.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A questão de ordem que eu trago aqui para todos os vereadores – vou retornar de antes da senhora ter me interpelado – é que ficou combinado que seriam 5 minutos para cada vereador. Como a senhora é a Presidente de uma CPI séria, eu gostaria que a senhora controlasse o tempo de todos os vereadores, sem colocar aqui quem lhe agrada e quem lhe desagrada. Seria só isso, muito obrigada e espero que a senhora presida realmente, e não faça molecagem. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver.^a Comandante Nádia. Eu solicito que os próximos vereadores observem o tempo e solicito respeito por parte de todos os vereadores aqui.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente, uma questão de ordem. A Ver.^a Fernanda Barth, agora, se levantou da cadeira dela, ela está vendo os crachás da minha assessora, foi até o segurança, e o segurança veio até a minha assessora. A Vereadora tem que ir até a Presidente, e a Presidente que pode solicitar aos guardas interpelar algum assessor. Ela é minha assessora, a senhora vai respeitar, a senhora aprenda, ela está gravando a mim e vai continuar gravando, e a senhora aprenda a respeitar este Parlamento e a presidência. Se o presidente é a Mari, se o presidente é o Cecchim, são eles que têm que ser acionados no microfone de aparte, não a senhora chegar num segurança e mandar. A senhora não manda nos seguranças; a senhora manda na sua turma do seu gabinete, no máximo, no máximo, tá?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): E eu quero dizer, a minha questão de ordem é outra, Ver.^a Mari, a Ver.^a Nádia continua vereadora desta capital ou agora ela é assessora de plenário? Será que ela foi nomeada pelo Senado? Esses tempos parece que tinha alguém nomeado pelo Senado aqui, circulando aqui dentro. Então faço uma pergunta, se ela quiser responder. A senhora continua vereadora da capital ou agora a senhora é assessora de plenário? Deixa o trabalho fluir, não faz polêmica. Nós queremos saber do dinheiro, Ver.^a Mari, da educação. Parece que ela não quer saber, toda vez ela vem no microfone com polêmica.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, vereador. Voltamos então ao nosso debate. Ver.^a Comandante Nádia, você gostaria de falar na tribuna? Por favor. Eu vou distribuir aqui porque me parece que os vereadores da base estão um pouco sobressaltados, e a gente vai dividir, e compete à Presidente aqui colocar. Então gostaria de convidá-la, Ver.^a Comandante Nádia... A senhora pode...

(Manifestação fora do microfone do Ver. Idenir Cecchim. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Idenir Cecchim, você me passou a palavra, agora eu estou aqui convidando a Ver.^a Comandante Nádia a falar, tendo em vista que ela está tendo dificuldade de ouvir os colegas e quem sabe ela falando primeiro... Ver. Idenir Cecchim, deixa a Comandante Nádia falar que daqui a pouco ela se acalma e deixa os colegas falarem.

(Manifestação fora do microfone do Ver. Idenir Cecchim. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, o senhor quer a ordem. A gente vai dividir com os outros colegas. Ver. José Freitas, o senhor gostaria...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, o primeiro é o Giovani Culau. Pela ordem, é o Giovani Culau, a senhora não vai furar, senão eu lhe tiro daqui, porque agora eu que estou presidindo. A senhora pode se retirar. Pode se retirar, porque a senhora não está em condições de presidir. Ou a senhora segue a ordem, ou a senhora sai daqui.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Aqui é um circo, a senhora tem um circo então.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não é isso. O senhor se comportou de maneira adequada quando estava sentado ali?

(Manifestação fora do microfone do Ver. Idenir Cecchim. Ininteligível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O senhor não estava rindo dos colegas?

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, só cuidando o tempo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O senhor não estava rindo dos colegas e fazendo comentários maldosos?

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, eu jamais faria isso. Eu não sou igual a senhora.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vamos passar a palavra. Ver. Giovani, a tribuna é sua.

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Lamento não ter oportunidade de ouvir, primeiramente, a Ver.^a Comandante Nádia, mas como ela gostaria muito de me ouvir, faço questão de me manifestar. Ontem, eu registrei nesta CPI o quão considerava inadequada a apresentação desse relatório como tivemos na manhã de ontem. Uma apresentação 20 minutos após o início da sessão que não nos permitiu o estudo prévio, que justificou inclusive, Ver. Cecchim, que hoje tivéssemos uma nova sessão para debate e votação, e que me faz lembrar os primeiros momentos dessa crise toda. É preciso que se chame pelo nome, o que se vive é uma crise na educação, e os primeiros episódios foram de negação por parte do governo das suas responsabilidades e a tentativa de responsabilizar a rede municipal de educação pela crise que nós vivemos e que ainda vivemos. Lembro da tentativa de inviabilização desta CPI, desta Comissão Parlamentar de Inquérito e as consequentes – Ver.^a Comandante Nádia, que queria me ouvir, estou falando – tentativas de obstrução dos trabalhos. Mari, eu peço que se interrompa meu tempo, porque se queria tanto ouvir que eu falasse, então eu quero que meus colegas me ouçam.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós estaremos suspendendo por um minuto. (Pausa.) Com a palavra o Ver. Giovani.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado. Depois da tentativa de inviabilização da CPI, tentativas sucessivas de obstrução dos trabalhos, e, quando eu olho esse relatório – e nada tem de pessoal no que vou me manifestar, inclusive o relator está aqui à minha frente –, mas o relatório construído me parece muito mais um esforço de proteção do governo municipal do que resultado de um esforço de investigação. E quero aqui trazer os elementos para isso. No item 3.3.1, quando se fala dos materiais adquiridos pela Prefeitura, o relatório diz o seguinte: Nas visitas às escolas, comprovou-se que as aquisições estão sendo aproveitadas pelos alunos. Parte delas, sim, mas é preciso que se diga que nas visitas que fizemos os *kits* pedagógicos da Mind Lab, que custaram mais de R\$ 14 milhões para o Executivo, R\$ 14 milhões que seriam o suficiente para o pagamento adequado dos professores da rede conveniada nesta cidade, seguiam inutilizados depois de meses transcorridos desde o anúncio público da crise que, volto a dizer, ainda vivemos na educação. No item 4.1, quando se transcreve o depoimento de Jailson, aqui nesta CPI, se fala e se faz questão de dizer que Jailson não tinha relações com os vereadores que participaram da reunião com o prefeito Sebastião Melo. Pois bem, até fotos circularam nesta cidade, nesta CPI, demonstrando as relações pessoais de Jailson com vereadores presentes naquela reunião. Aqui nesse relatório, quando se fala do depoimento do Mário, no item 4.6, deixa de ser dito algo que é muito importante, Ver.^a Biga, que o ex-secretário adjunto Mário, aqui nesta CPI, em depoimento, disse que foi exonerado após começar a contestar os problemas que identificava na SMED. Eu quero entender a razão de omissões como essa. No meu entendimento, elas reforçam que esse relatório é expressão de uma tentativa de proteção do governo e não de uma investigação adequada. Quando se fala aqui, no relatório, e se transcreve, porque, por vezes, são páginas e páginas apenas de transcrição, quando se fala do depoimento de Sergio Araujo, esquece-se de dizer que ele mentiu nesta CPI ao afirmar que nunca teria tido filiação partidária, porque foi demonstrado, inclusive por mim, que ele foi filiado ao MDB, que, não sei se por coincidência, é o mesmo partido do atual prefeito desta cidade. Ele ainda teve a coragem e a ousadia de enviar uma manifestação

aqui para esta CPI tentando tergiversar, quando os documentos são nítidos das relações partidárias que ele possuía. O único momento em que o relatório faz uma consideração sobre os depoimentos é no depoimento da Sra. Veronica. Talvez porque seja impossível abafar, por completo, aquilo que ficou nítido ao longo dos depoimentos. Mas também seria importante registrar nesse relatório que Veronica não demonstrou apenas desconhecimento, ela também mentiu porque, quando questionei a ela se havia outros *players* no mercado que oferecessem ao poder público produtos semelhantes ao dela, ela me disse que não. Mas também é público que ela participou de concorrência em outros lugares disputando com outros *players*. É importante registrar que esse relatório, quando fala da reunião do prefeito Melo, diz que a CPI não conseguiu comprovar nada. Mas a verdade é que a CPI não tentou comprovar nada. Eu apresentei um requerimento que foi aprovado nesta CPI para que fosse convocado para depoimento o responsável ou a responsável pela agenda do prefeito Melo naquela ocasião. E esse foi um dos vários requerimentos que nós aprovamos aqui e que não foram consolidados. Então não comprovou, porque talvez não quis comprovar; me surpreende, Presidente Mari e Presidente Cecchim, que o relatório diga que não houve ilegalidades de procedimentos, me surpreende porque o relatório da CPI é mais insuficiente do que a auditoria da Prefeitura, porque até mesmo a auditoria da Prefeitura diz que houve irregularidades no planejamento das compras, não conformidade dos procedimentos de pesquisa de preço, ausência de elementos que justifiquem a impossibilidade de itens similares. Imaginem, o relatório da CPI é mais frágil do que a auditoria da própria Prefeitura! Para concluir, Presidenta, o relatório tenta dizer que o único problema talvez fosse um problema de logística. Isso é uma piada com nosso trabalho, se aponta a necessidade de avanço nas investigações com Veronica e com Jailson, mas não se diz da necessidade de investigar a fundo quais são as relações do Executivo com o nítido cartel que se constituiu nesta Cidade. E, para concluir de fato, eu não precisava de um relatório para me dizer que ata de registro de preço é possível, a dúvida que esta CPI deveria responder era a forma e se foi da forma adequada que a Prefeitura de Porto Alegre se utilizou desse dispositivo, essa era a questão. E, por isso, que voto “não”, porque, volto a dizer, esse é um

relatório que atende um único objetivo: abafar a crise da educação de Porto Alegre e buscar proteger o governo municipal – e eu não vou pactuar com esse esforço. Então, o nosso voto é contrário.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver. Giovani. Passo a palavra para Ver.^a Comandante Nádia. E gostaria de aproveitar, enquanto passamos o microfone, para apregoar, então, um documento que chegou aqui de posse da Presidente, que a Ver.^a Karen Santos subscreve, indicando a Ver.^a Fran Rodrigues para atuar na CPI acima referida, em substituição à bancada do PSOL, uma vez que a nossa vereadora...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, a Ver.^a Karen está de licença sem previsão de retorno, devido a motivos de saúde. Então, nós estamos garantindo o direito de voto para a Ver.^a Fran, que está compondo também a CPI. Agora, passo a palavra para a Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Bom dia Presidente Mari; bom dia Presidente Idenir Cecchim, relator Mauro. Acho que cabe, neste momento, fazermos algumas atualizações de algumas narrativas que não são corretas, a começar pela formação da comissão especial da CPI. A CPI é formada pela proporcionalidade partidária ou de bloco partidário, e a composição se dá até um terço dos membros da Câmara. Então, quando alguns vereadores vêm aqui dizer que CPI foi formada pela base governista, eu diria que, de acordo com o art. 58, § 1º, não é a base governista que diz que se forma uma CPI, e sim a proporcionalidade partidária ou bloco partidário, deixando isso bem claro – inclusive, bem falado, vereadores escolhidos pelo povo de Porto Alegre. Segundo, quero dizer que eu entendo que a oposição e a Ver.^a Mari não têm muita coisa a oferecer senão essa formação não contextualizada de uma tentativa de desagravo de desconstrução do prefeito Melo e do vice-prefeito Ricardo Gomes. Segundo, quero dizer que eu sempre prezo pelos princípios da

segurança jurídica e da igualdade, dentro da legalidade, da legitimidade e da licitude de todos os atos. Por isso quero parabenizar aqui o Ver. Mauro Pinheiro, relator da CPI nº 1 e nº 2, pelo relatório final, permeado de licitude, de legalidade, onde os fatos são apresentados de uma forma muito verídica e com cronograma de conversas do inquérito, das oitivas realizadas no inquérito, colocando inclusive textos das próprias testemunhas, ou seja, não inferindo, em momento nenhum, nas testemunhas, nas oitivas das testemunhas, mas apresentando os fatos como eles apareceram cronologicamente. Dizendo isso, infelizmente o autoritarismo da Ver.^a Mari fez com que provas intempestivas estivessem no seu relatório; aliás um relatório da presidente Mari, que ela tanto fala e que, pelo jeito, não foi distribuído também para os colegas vereadores. Eu não recebi. E é importante que a gente esteja aqui dentro da licitude de uma comissão de inquérito que diz que nós daremos o contraditório às pessoas. E, ao ter no relatório da Ver.^a Mari provas de *prints* de Whatsapp, já é o princípio de ilegalidade, pois o STJ proíbe como um meio de veracidade fatos que sejam *prints* de Whatsapp ou conversas de Whatsapp, porque pecam pela ausência da cadeia da custódia da prova, e é isso unicamente que o relator diz, em dado momento, porque nós não podemos servir, nessa CPI, de pessoas que não cuidam a legalidade de tudo que foi contextualizado num relatório. A CPI é uma composição de colegiado onde todos ajudam na construção do relatório. E vejo alguns vereadores dizendo: “A Ver.^a Mari que construiu, a Ver.^a Mari que trouxe”. Não, senhores, são as oitivas das testemunhas, são as provas juntadas tempestivamente que levam o relator a concluir muito bem, com recomendações bem severas ao Executivo. São recomendações para que aquilo que foi encontrado de erro, e não pode vereador dizer que o relatório do Ver. Mauro – relator oficial das duas CPIs – não tem uma conclusão, que não esteja aqui concluindo com um relatório de encaminhamentos, diferente do relatório da Presidente Mari, que só joga as informações, não conclui nada e não dá nenhum encaminhamento para o seu relatório. O relatório sério tem que apontar o que aconteceu, e, muito claramente, aqui está apontado uma recomendação para que se investiguem duas empresas, do empresário Jailson e da Veronica. Está escrito no relatório. Agora, não podem vir alguns vereadores com narrativas de

que esse relatório oficial não recomenda e não aponta erros por parte dos dois, do empresário Jailson e da Veronica. Seria muito leviano por parte desses vereadores dizer que não está aqui escrito. No que eu concluo aqui como a Ver.^a Biga nos meus... tem mais 1 minuto para os 8.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não, mas é que é 8, eu estou pedindo agora, igual o 7 teu e os 8 ali para a gente ser igual. E eu quero dizer...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Pode ir falando que eu não tenho problema. E eu quero dizer que, se realmente essa CPI é séria, quem leu o relatório final por certo vai votar a favor, porque esse relatório tem uma, duas, três, quatro, cinco recomendações ao prefeito, e que espero que seja realizado, além de solicitar que se abra uma investigação a respeito dos empresários Jailson e Veronica. Então, Ver. Mauro, parabéns, terá o meu “sim” nesse relatório e espero que o Executivo possa efetivamente fazer o encaminhamento necessário para a correção de tudo aquilo que foi encontrado de errado por esta CPI. Muito obrigada.

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereadora. Próxima inscrita, Ver.^a Mari Pimentel.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Pode falar junto, que estou acostumada, pode falar junto. Que bom!

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O seu tempo está garantido. Por favor, vereadores, tem vereador na tribuna. A Ver.^a Mari está na tribuna com o tempo garantido.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Bom dia, vereadores, assessorias, imprensa e público que nos acompanha aqui nas galerias e pela TVCâmara. Hoje, a minha fala é para publicizar o que aconteceu realmente na CPI, nas CPis. Um momento histórico para Porto Alegre, onde uma CPI foi constituída para abafar um escândalo, o maior escândalo da educação de Porto Alegre, um escândalo criminoso, eu diria. Essa palavra é dura, e poucos vereadores têm a certeza de falar essa palavra como eu tenho, porque sou quem esteve realmente na investigação. Eu gostaria que a assessoria ajudasse para projetar, porque primeiro nós vimos um relatório apresentado pelo Ver. Mauro Pinheiro, que até me estranham as histórias que ouvimos da CPI de 2014, mas ele também apresentou um relatório paralelo, ele também presidiu uma CPI, e esse relatório que hoje eu trago, todas as informações são públicas. Todas as informações estão de posse do relator e de todos os vereadores desta Câmara de Vereadores. E cartel é crime, meus vereadores, meus colegas vereadores, cartel é crime em qualquer lugar do Brasil, e em Porto Alegre também. (Procede à apresentação de imagem.) Aqui nós temos a configuração desse crime, não só pelas oitivas e não por WhatsApp e não por *prints*, mas para um balanço oficial, um balanço que participa de licitações, um balanço de uma empresa que não pode negociar com poder público em nível federal porque esse empresário está sendo denunciado por cartel. A Inca, que venceu, é sócia oculta em duas empresas que concorreram. Pessoal, isso é crime, isso não poderia acontecer. E nós temos aqui a oitiva das servidoras, que são as nossas bibliotecárias, informando que a concorrência foi toda organizada por uma outra servidora, a servidora Michele. Isso mostra direcionamento para o crime, que é o cartel. Duras as palavras, mas como presidente e tendo posse dessas informações que todos aqui têm, é o mínimo que a gente pode falar, diante de um *print*, que não

é um *print* de WhatsApp, não é áudio, é prova documental, é prova que está de posse do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Ministério Público de Contas, porque esse cartel se instaurou dentro da Secretaria Municipal de Educação. Essa é a pergunta: qual é o envolvimento deles e como eles chegaram em Porto Alegre? Secretária Sônia é a resposta? Mas nós temos uma outra pergunta: por que preferiu o prefeito e a Prefeitura não responderem a um documento da CPI, um requerimento aprovado por todos aqui, que era: quem trouxe a agenda do Jailson com o senhor Sergio, que é o proprietário da Inca, com os secretários, com o prefeito e com dois vereadores? Essa resposta ninguém teve, mas preferem o prefeito e a Prefeitura poder sofrer uma ação de *impeachment* do que responder para a população de Porto Alegre por que essa agenda ocorreu, quem organizou essa agenda e por que estavam todas essas pessoas do alto escalão da Prefeitura e vereadores nessa mesma agenda com o lobista Jailson, que entrega materiais da empresa que ele concorreu e perdeu, com o empresário Sergio Bento, que não pode transacionar com empresas em nível federal. E aqui temos os advogados também que a gente sabe que esse mercado da CPI mexeu com assessores dentro da Prefeitura e com advogados também para defender os empresários e também servidores da Prefeitura. Então nós temos aqui que a decisão foi ter uma situação administrativa que o prefeito ainda não respondeu do que realmente trazer a licitude dos atos que aconteceram. Dano ao Erário público, Ver. Ramiro Rosário. Quem aqui disse que nada foi comprovado? A oitiva da senhora Veronica não apenas mostra uma laranja negociando com a Prefeitura, mas mostra o dano ao erário público. A Ver.^a Biga colocou uma emenda para R\$ 1 milhão em vagas das escolas da rede municipal. Esse é o valor estimado só do contrato da Sra. Veronica, a que ficou intitulada laranja, que houve sobrepreço. No sobrepreço da Sra. Veronica, que vendeu itens de robótica para a Prefeitura de Porto Alegre, o sobrepreço é estimado em R\$ 1 milhão, que saíram dos cofres públicos. Um milhão de reais, quem pagará? Um milhão de reais, será que voltará para as escolas e para as crianças em políticas públicas? Essa é a questão. Então nós vemos aqui ligações societárias, ligações comerciais, ligações familiares de empresários com as empresas concorrentes. Nós temos aqui um crime de cartel, crime de

direcionamento e dano ao Erário público. É com isso que eu concluo a minha fala de uma CPI que durou 120 dias, de uma CPI que tem 124 páginas, que já está de posse do Ministério Público e do Tribunal de Contas, contra o documento de 38 páginas, nas quais quatro foram para me atacar pessoalmente, sendo que quase 10 delas para apenas repercutir as notas taquigráficas. Eu creio que Porto Alegre ganha com um relatório paralelo da presidência e honra esta Câmara de Vereadores, porque, se nós somos vereadores, nós somos 36, e fomos eleitos para também, na atribuição, fiscalizar o Executivo, quem não adquire a capacidade de investigar e de fiscalizar de maneira imparcial e transparente não honra os seus votos e não honra esta capital. E hoje este relatório, no mínimo, eu posso dizer que termina com cabeça erguida e honrando cada um do 1,5 milhão de habitantes de Porto Alegre. E espero que todos os vereadores tenham a capacidade de lê-lo e ter a seriedade que ele trouxe para população de Porto Alegre. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver.^a Mari Pimentel. O Ver. José Freitas está com a palavra.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente Cecchim, presidente Mari, Vereador-Relator Mauro, colegas vereadores, e público nos assiste; eu vou me ater à fala de algumas oitivas que tivemos aqui. A minha preocupação toda, que eu fiquei analisando durante esses 120 dias era se o prefeito tinha responsabilidade diretamente. Foi a isso que eu me ative. Eu quero parabenizá-lo, Ver. Mauro, pelo relatório bem sucinto e direto ao ponto. Eu penso ao contrário de alguns colegas aqui, mas enfim. Eu não tenho procuração do prefeito para defendê-lo, eu sou o primeiro a tirar o pé do estribo se tiver alguma coisa, que eu sei que não tem. A fala da ex-secretária Sônia diz o seguinte: “A secretaria tem toda autonomia na escolha dos seus projetos pedagógicos. Eu ainda citei aqui a lei dos sistemas, e não houve qualquer intervenção do Executivo, do prefeito, em relação às aquisições que nós fizemos.” A ex-secretária Sônia também: “De forma alguma, o prefeito ou o vice teve alguma gerência sobre as nossas aquisições.” Procurador Roberto José Costa Mota

Júnior: “Todas as irregularidades eram apontadas no parecer, no nosso parecer constavam todas as irregularidades que eram vistas naquele momento quando o processo passava pela Procuradoria, ou seja, a gente não direcionava nada para o prefeito, todas as irregularidades estavam no nosso parecer, nesse sentido.” Assessor de investimentos da SMED, Giovane Martins Vaz dos Santos: “Sim, após o relatório, tanto o prefeito quanto a secretária foram muito diligentes em afastar os servidores que eles viram como um envolvimento inicial, até de forma preventiva, e nós fizemos uma instrução normativa que criava diversos fluxos de modo a impedir que orçamentos daquele tipo voltassem a passar.” Aqui responde ao Giovani Culau: “O prefeito afastou servidores.” Por isso que o servidor Mário foi afastado, vereador. Servidora Mabel: “Bom, a respeito da avaliação dos produtos, da escolha, o rito, ele foi cumprido conforme a legalidade. Eu acredito assim que não teve nada que não tivesse sido instruído com orientação da equipe técnica jurídica da SMED, eu acredito que todas as etapas foram cumpridas.” E aqui o relatório final, Ver. Mauro, o nosso relator oficial: “Sendo assim, a recomendação desta relatoria é para uma investigação sobre essas empresas, pois poderia haver indícios de direcionamento e fraude na coleta de orçamentos.” Repito, a minha preocupação inicial é se tinha envolvimento direto do prefeito; se houver, a Presidente da CPI nº 02, Ver.ª Mari Pimentel, antecipadamente encaminhou para os órgãos competentes, Ministério Público, polícia e tal, antecipadamente, porque o correto é depois do final da CPI encaminhar, mas ela botou o carro na frente dos bois; então, já está sendo investigado. Quem estiver devendo vai pagar; quem estiver devendo vai pagar, e pronto. É isso que foi apontado também pelo nosso relator Mauro Pinheiro. Parabéns!

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. José Freitas. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Cecchim, cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores. Venho a esta

tribuna aqui também corroborar com as palavras do Ver. José Freitas, cumprimentar o Ver. Mauro Pinheiro, porque já fui relator também de CPI, Ver. Ferronato e é um trabalho que precisa ser feito, ser criterioso, são muitos depoimentos. Nós fizemos várias visitas, e a equipe do Ver. Mauro Pinheiro merece o nosso reconhecimento. Eu sei que não é fácil elaborar elementos para se construir conclusões a respeito de situações que foram aqui apontadas. Comparando aqui, eu vi que a Ver.^a Mari também apresenta uma espécie de relatório, mesmo que na condição de Presidente, em que ela elenca os itens que deram origem à CPI. A vereadora, em toda pontuação em que ela alega aquisição por meio de adesões a atas de registro de preço, destaca em vermelho, Ver. Ferronato, sem licitação, mas a ata de registro de preço pressupõe uma licitação, porque a ata de registro de preço é uma adesão a um órgão da mesma instância. Vamos dizer, um órgão federal: o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis é uma autarquia federal. De vez em quando, a gente faz uma adesão à Universidade Federal de Santa Maria, à UFRGS, a gente economiza um processo licitatório aderindo a uma ata de registro de preço. Então, não quer dizer que não houve uma licitação, houve, sim, uma licitação, Ver. Tiago – até conversava com o Ver. Tiago –, houve um processo licitatório, sim, mas, na origem, Ver. Oliboni, na origem do órgão a cuja ata se está aderindo. Inclusive, quando a gente faz alguns processos licitatórios, a gente permite que outros órgãos façam adesão à ata. Nesses dias, nós emprestamos uma carona de uma viatura para a Prefeitura de Cristal. Adquiriram lá um Ônix, que nós tínhamos... Mas a gente deixa aberta a ata e o pessoal pega carona na ata. Com relação a isso, eu não vejo nada que possa desabonar a conduta de nenhum servidor. Eu também destaco aqui a fala da secretária Andino no que diz respeito a empoderar a nossa juventude com equipamentos tecnológicos. Nós estivemos visitando as escolas. Nós fomos na escola Liberato Salzano Vieira da Cunha – permita-me fazer uma saudação ao Povão, que é uma liderança do bairro –, 1.400 crianças! Nós entramos na sala de aula, a professora estava dando aula com aquela tela e as crianças acompanhando pela tela interativa. É uma coisa impressionante a tecnologia. Então, eu acho assim: compraram livros demais? Talvez. Mas, Ver. Mauro Pinheiro, eu acredito que

está bem o encaminhamento. Eu acho que nós tivemos aqui alguns excessos também, e, na minha modesta opinião, encaminhamos aí para o desfecho de uma CPI, esclarecendo questões pontuais; mas, na minha opinião, não me resta comprovado que tenha havido qualquer tipo de corrupção que possa comprometer algum servidor ou alguma conduta. Então fica a nossa contribuição para o debate a partir da análise do relatório do Ver. Mauro Pinheiro. Pela atenção, muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. Com a palavra, o Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que estarecido está com tudo o que aconteceu nesta CPI. Muita gente tentou obstruir a CPI, não deixou a CPI funcionar – isso tudo está gravado no “ao vivo” da Câmara. Viva os anais da Câmara de Vereadores! Isso é importante. Agora, o fato que eu quero que vocês se atenham, por gentileza, observem bem: esta CPI chega a conclusões problemáticas para a nossa cidade, por isso que eu quero que vocês olhem aqui este telão. (Procede à apresentação de fotografias.) Esta imagem nós construímos com base nos debates, nos diálogos que aqui aconteceram. O prefeito é o Sebastião Melo, ele é o prefeito, ele que nomeou a Janaina, tirou a Janaina, botou a Sônia, ele manda e desmanda na Prefeitura, ele tem a caneta de prefeito, ele lá está como prefeito, tanto é que ele botou agora mais um secretário, tirou a Sônia. Só que, antes de tirar a Sônia, ele fez o quê? Ele fez uma desautorização de si mesmo, porque ele havia publicado o Decreto nº 21.502, em 2022. Quando saiu a Janaina, que está no canto esquerdo, a Janaina saiu, e aí o Melo expediu um decreto flexibilizando as compras, permitindo que as compras fossem feitas de carona, na garupa de outros municípios, outros estados. Ele expediu o decreto. O Sebastião fez o decreto, e a Sônia, como secretária, foi lá e o obedeceu o decreto. Foi lá e comprou. E quem era a turma da Sônia? A Mabel, a Michele e o Sr. Mário Jaime, principalmente. Essa é a turma forte da SMED, o núcleo duro que, por incrível que pareça, toda semana estava lá com o Sebastião Melo. Mas que tanta reunião

faziam pela educação enquanto 29 mil crianças continuam sem sala de aula, continuam sem escola! Não fizeram uma escola! Essa turma não fez uma escola, e tem um déficit na educação infantil de 19 mil vagas, mas eles se reuniam toda semana com o prefeito. Eles estavam tratando das compras. É, comprar bugiganga! Eles compraram daquele senhor que está lá embaixo livros com erros de português, com erros de digitação, porque eles acham que, na escola do mais pobre, do filho do trabalhador, pode ter erro de português. E esse senhor veio ali, o Sr. Sergio, e disse: “Ai, eu recolhi o material”. Ele veio aqui e disse: “Eu recolhi o material e entreguei outro”. Entregou outro com erro de português e com erros históricos. Clarice Lispector, grande escritora brasileira, no livro dele tinha duas datas de nascimento. Olha que incrível, professora Cindi, conseguiram fazer a escritora nascer duas vezes. Obrigado, prefeito, o senhor é milagroso, milagreiro. Agora, aquela foto pode passar. Essa foto não foi explicada até hoje. O que faziam empresários, o prefeito, o filho do prefeito e o cassado – Bobadra, cassado, do partido do Bolsonaro? Estavam lá. Estavam lá! E aquela Sra. Veronica, que veio aqui e nada falou? Não disse nada com nada. Terapeuta, se dizia empresária. Agora, pode voltar um, por gentileza. Esse cidadão ali, o Alexandre Borck, não veio aqui falar. Ele tinha que vir falar como secretário. Ele é o presidente do MDB, e teve até um vídeo que gravaram da Sra. Mabel em que ela disse e depois desdisse. Daí dizem que foi ao Ministério Público também e falou que se arrependeu de tudo o que disse. Olha, gente, de arrependimento o inferno está cheio também. Essa é a realidade. Quem é das igrejas sabe muito bem disso, entende. Agora, eu pergunto: quem é quem nesse quadro aí? Só vocês poderão responder na votação do Relatório. E eu quero dizer o seguinte, Ver. Mauro Pinheiro: sabe que eu admiro muito V. Exa. por estar aqui já há algum tempo na Câmara, isso não é um feito fácil. Agora, o seu relatório é vergonhoso. O seu relatório é de alguém que se entregou para o Executivo, que está abraçado com o Executivo, irmanado, estão juntos, é uma aliança! Não se descolam! É como unha e carne. Eu não entendo, ontem o senhor estava lá, feliz, com o Melinho – para concluir, Presidente -, feliz com o Melinho, do MDB; o Melinho, que estava lá naquela reunião; o Melinho, que tinha que ter falado aqui. O Melinho não falou, Bobadra não falou e o Tião também; o

Tião só quer andar de chapéu pela cidade e não quer explicar as coisas para nós. Mas o povo está vendo, o povo vê, o povo enxerga e ouve, e a voz do povo é a voz de Deus, e o povo quer saber por que não fizeram as obras nas escolas. Por fim, eu entreguei para Janaina, Presidente Cecchim, entreguei para Sônia e entreguei para o secretário José Paulo a lista das obras. Eu fiz esse trabalho, eu fui nas escolas: 70% das escolas precisam de obras, e até agora, terceiro ano de governo, nenhuma obra foi feita, mas um monte de bugiganga foi comprado em carona de licitação. Eu espero que os órgãos de controle façam o exame da realidade – volta um, volta dois... Por gentileza...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador, já terminou seu tempo em 2 minutos.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Terminou o tempo, vou pegar emprestado do Oliboni.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não, ele já falou.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então, para concluir, fica esta imagem: o Sebastião sabia ou não sabia? Essa é a pergunta que não quer calar. Sebastião Melo, quero convidar o prefeito aqui; nobre prefeito da cidade, venha até a Câmara e explique para nós: o senhor sabia ou o senhor não sabia? O senhor tem que falar, pega qualquer microfone aí da RBS, do Correio do Povo e diga: “eu sabia”, “eu não sabia”. Agora, o fato é que o senhor expediu o decreto para as compras serem bem flexíveis nessa cidade. Isto é a realidade.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado. Último inscrito é o Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Bom dia, Sr. Presidente, demais vereadores, eu fico feliz que o meu relatório está bom, Ver. Cecchim, pois se eu sou atacado pelos vereadores do PT, do PCdoB, do PSOL falando que o relatório

está ruim, é porque está bom; se eu estivesse concordando com eles, estava ruim, Freitas. Então, eu fico feliz e quero dizer, primeiro, que não existe relatório paralelo, ou dois relatórios, ou relatório de Presidente; o relatório é um só. O vereador que é o relator faz, aquela pessoa que é o relator faz o relatório que será votado “sim” ou “não”, aprovado ou não. Outras pessoas podem fazer um voto em separado. Isto é, um voto separado dos vereadores que não concordam ou querem anexar alguma coisa. Eu fiquei chateado, sim, e fiz várias anotações aqui explicando em algumas páginas sobre o procedimento da Presidente da CPI, Ver.^a Mari Pimentel, porque ela, antes mesmo de ler ou receber o relatório oficial, foi para a mídia apresentar um relatório, dizendo que era o relatório da Presidente. Então, eu tive que dizer o porquê e responder dentro do relatório essa iniciativa da Presidente, que poderia ter aguardado com cordialidade e civilidade, como manda o Regimento, e esperar. Então, como ela fez um relatório, apresentou cheio de fotografias, a gente resolveu responder o porquê de alguns documentos que ela botou intempestivamente, que a gente não considerou, porque ninguém teve acesso àqueles documentos. Também quero dizer, a Ver.^a Mari fala, e o Ver. Tiago, que o meu relatório é pequeno, com poucas páginas, e a Ver.^a Mari fez um relatório grande, gigantesco, com 120 páginas, eu quero dizer que eu poderia ter feito um relatório maior, com bastantes fotografias, bastantes fotos, contando toda a história. A Ver.^a Mari conta lá desde o início, bastantes fotografias de jornais, então, ela vem ilustrando seu relatório, o que eu não fiz. Poderia contar, por exemplo, desde o início da CPI, quando nós começamos aqui as discussões, em primeiro lugar, duas CPIs – nunca aconteceu em lugar nenhum duas CPIs sobre os mesmos fatos. Tanto é que o fato era o mesmo que nós juntamos as duas CPIs. Então, já poderia contar como aconteceram as primeiras três semanas de sessões, as quais a Ver.^a Mari presidiu e que não conseguiu absolutamente nada, porque ficava discutindo. Queria impor que o relator fosse... Ela queria escolher o relator, não seguiu o Regimento da Casa, inclusive foi parar na justiça, perdeu na justiça, então nós perdemos quase um mês da CPI discutindo as vontades da Presidente da CPI. E logo mais também eu poderia contar tudo isso no relatório, mas acho que não leva a lugar nenhum nós ficarmos discutindo isso, só falo agora para

dizer por que o meu tem menos páginas que o da Ver.^a Mari. Também poderia contar que além dessas três primeiras semanas que ficamos discutindo e não fomos a lugar nenhum que tivemos mais outras duas semanas, Ver. Cecchim, Presidente, em que a Ver.^a Mari viajou para Paris, e a CPI parou porque a Presidente, que era a maior interessada em investigar, não estava nas sessões da CPI porque estava viajando. Ela tem direito a viajar, claro, viajou com a família, é importante cuidar da família, agora se a CPI é tão importante, eu acho que a gente tem que vir para a tribuna, tem que cuidar da tribuna, tem que vir aqui.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): E por que não juntou os documentos? Porque não tinha interesse, ela já tinha os documentos, passava para quem queria e os restantes da CPI não precisavam ter acesso aos documentos. Eu inclusive marquei uma reunião com a Ver.^a Mari, fui no seu gabinete com dois advogados para que ela pudesse me dizer o que ela tinha de importante que eu queria colocar no relatório. A Ver. Mari não me passou nenhum documento, não juntou os documentos e nem me disse o que ela tinha de importante, porque ela não queria que estivesse nesse relatório, porque a CPI era da Ver.^a Mari, assim como aquele *banner* que está lá que a Ver.^a Mari, fez porque é a CPI da Ver.^a Mari para investigar e para se projetar politicamente, não é uma CPI para investigar, não é para apontar fatos, é para desgastar o governo e ela se mostrar para o público como uma próxima, quem sabe, candidata a prefeita de Porto Alegre. Mas nós aqui queremos, sim, investigar e quando ela veio aqui e apresentou, Ver.^a Mari, a senhora apresentou principalmente três fatos aqui importantes no seu relatório: sobre o Jailson e sobre a Veronica e que justamente estão aqui nesse simplório relatório que fala exatamente isso em poucas páginas, que nós não conseguimos provar, mas que é importante a investigação continuar e investigar essas empresas, porque algumas coisas não ficaram claras apesar de nós não termos provado. Eu não vou dizer que teve um cartel, porque se eu disser que tem um cartel, eu tenho

que provar, Ver. Ferronato. Então eu peço para que o Ministério Público e o Tribunal de Contas continuem com as investigações que foram iniciadas nesta Casa. Eu acho que sim, a CPI teve resultados importantes e coloco aqui o que eu acho importante. Espero que tenha seguimento, em cima do que foi investigado, que investigue essas empresas que não conseguiram explicar como participaram, como foram os certames da licitação. Então acho que nós tivemos um bom resultado. Também foi falado, no relatório, do voto em separado da Ver.^a Mari sobre Michele e, na página 31 do nosso relatório, tem uma frasezinha ali que diz assim – fala sobre a Michele e tal: “Desta forma, importante aprofundar as investigações no que tange à participação da servidora Michele nas indicações das empresas contratadas”. Eu não preciso escrever um livro para dizer que tem que investigar uma pessoa, um servidor, uma empresa. Então, resumindo o que foi apresentado ali, em alguns momentos, aqui diz que precisa se continuar a investigação. Mas falo com responsabilidade, e responsabilidade de quem não vai apontar o dedo para pessoas que nem vieram aqui na CPI depor e que estão sendo atacadas na moral dessas pessoas. E sabe por que que não vieram aqui? Porque nós perdemos três semanas, no início, discutindo porque a vereadora queria o relator que ela queria, porque era escolha dela e não seguir o Regimento; porque ela viajou duas semanas, e por duas semanas a CPI não funcionou. Então nós perdemos, no mínimo, cinco semanas de trabalho em que nós poderíamos ter ouvido outras pessoas. Então, dentro do possível, nós investigamos Sr. Presidente Cecchim, e o relatório está aqui, tem os apontamentos, e os vereadores que concordarem votem “sim”, quem não concordar vote “não”. E vamos continuar trabalhando, mas vamos trabalhar com responsabilidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, relator Mauro Pinheiro, lhe convido para vir até a Mesa para colhermos os votos. A votação será “sim” ou “não”; “sim” aprova o relatório do relator Mauro Pinheiro, “não” desaprova. Quero avisar aos vereadores que a televisão não está mais transmitindo. Avisaram aqui que a televisão está cobrindo a COSMAM.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só, Presidente, informar ao Ver. Mauro Pinheiro que nós vamos enviar o seu discurso ao dicionário Oxford para atualizar a explicação...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Que tempo é esse, vereador?

VEREADOR JONAS REIS (PT): Para atualizar a explicação da palavra desavergonhada. O senhor acaba de atualizar essa palavra para o dicionário mundial.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está bem. Em votação. Sr. Relator, vamos colher os votos das duas CPIs.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver.^a Mari Pimentel, como vota?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Voto “não”. E gostaria de declarar o meu voto, que estarei anexando, então, o relatório da presidência na intenção de voto...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Declaração de voto.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Declaração de voto. Voto “não”.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Muito obrigado, vereadora.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora pode entregar, vereadora, para fazer a foto.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Vota “sim”; Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Vota “sim”; Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Vota “não”; Ver. Claudio Janta. (Pausa.); Ver.^a Comandante Nádia.

(Pausa.) Vota “sim”; Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Vota “sim”; Ver. Jonas Reis.
(Pausa.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Isso aqui não serve, Ver. Mauro, eu voto “não”.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Muito obrigado pelo elogio, vereador. Ver. Jonas Reis vota “não”. Ver. José Freitas. (Pausa.) Vota “sim”; Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Vota “sim”; Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Vota “sim”; Ver. Roberto Robaina. (Pausa.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Voto “não”. E declaro a adesão ao relatório proposto pela Presidente Mari Pimentel.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Foram 4 votos **NÃO**; 7 votos **SIM**. Está **APROVADO** o relatório na CPI da Ver.^a Mari Pimentel. Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Vota “sim”; Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Vota “sim”; (Pausa.) Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Vota “sim”; Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Vota “sim”; Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Declaração de voto, Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Na declaração de voto precisa ser entregue o documento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu vou lhe entregar posteriormente. O art. 60 da Lei Orgânica diz que o prefeito tem 15 dias para responder toda a solicitação encaminhada por vereador. E o art. 94, compete ao prefeito municipal: “VIII – prestar, dentro de trinta dias, prorrogáveis, justificadamente, por mais quinze, as informações solicitadas pela Câmara Municipal, comissões municipais ou entidades representativas de classe ou de trabalhadores do Município referentes aos negócios do Município.” Trata-se aqui de uma licitação ou de um processo de compra sem licitação, que o prefeito não respondeu em

tempo e que não consta no relatório. Por isso, obviamente, ficou prejudicada a avaliação do relatório, como também o relatório final. Por isso voto “não”.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Aldacir Oliboni, pedido de informação de vereadores são 15 dias, pedido de comissões são 30 dias, prorrogáveis por mais 15 dias; então 45 dias. Então, está *ok*. É isso?

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Presidente Idenir Cecchim, nós temos um item que foi votado neste plenário pelas duas comissões, pela CPI nº 1 e pela CPI nº 2, que foi aprovado, que foram os questionamentos com relação à então foto do prefeito com o senhor Jailson, com o senhor Sergio, com os secretários e com os dois vereadores. Essa foto foi aprovada, com os vereadores da base e da oposição votando “sim” buscando esse questionamento. De acordo com as regras de uma CPI, essa resposta deve vir em 15 dias. E essa demanda foi despachada...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora ouviu agora que ele deu a resposta, que não são 15 dias...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A regra da CPI são 15 dias...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A comissão são 30, mais 15.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Não. Na regra da CPI, de uma comissão permanente, são 15 dias. E tendo em vista que não foi encaminhada a resposta ainda, e foi datado do dia 08 de novembro...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O mesmo que o Ver. Oliboni já encaminhou...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Nós gostaríamos de deixar registrado que isso é um erro grave, administrativo.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Feito o registro, vereadora.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E que a CPI não conseguiu anexar as respostas com relação a isso no seu relatório.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vamos continuar a votação.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Comandante Nádia como vota? (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia vota “sim”. Ver.^a Fernanda Barth?

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Voto com o relator.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Fernanda Barth vota “sim”. A Ver.^a Karen Santos se licenciou. Ver.^a Fran?

VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL): Eu voto “não”.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Vota “não” a Ver.^a Fran. Ver. Giovanni Culau?

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Voto “não”.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Giovanni Culau vota “não”. Ver. Moisés Maluco do Bem?

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Acompanho o relator.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Moisés Maluco do Bem vota “sim”. Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino? (Pausa.) Ver.^a Tanise vota “sim”. Ver. Tiago Albrecht?

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, por entender que o relatório é bastante incompleto, bastante superficial, com mais acusações políticas do que qualquer outra coisa, e achando que esta CPI não mergulhou a fundo como deveria, ainda que, como disse, não dou o passo em frente para ligar os pontos, espero que o Ministério Público e a polícia assim o façam. Eu vou precisar votar “não” a este relatório que, repito, muito fraco e superficial. Obrigado.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Muito obrigado, Ver. Tiago. Na CPI presidida pelo Ver. Idenir Cecchim, são 8 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**. Está **APROVADO** o relatório em ambas as CPIs.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Relatório aprovado nas duas comissões. Agradeço a todos os vereadores e dou por encerrada esta CPI.

(Encerra-se a reunião às 10h25min.)